

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 03-5-2021.

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Claudio Janta, Daiana Santos, Hamilton Sossmeier e Karen Santos. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 045/21 (Processo nº 0152/21), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 140/21 (Processo nº 0366/21), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 076/21 (Processo nº 0238/21), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/21 (Processo nº 0122/21), de autoria de Kaká D'Ávila; o Projeto de Lei do Legislativo nº 046/21 (Processo nº 0160/21), de autoria de Karen Santos; o Projeto de Lei do Legislativo nº 161/21 (Processo nº 0422/21), de autoria de Leonel Radde. Também, foi apregoado o Ofício nº 516/21, do Prefeito, prestando informações sobre a destinação de recursos orçamentários da Câmara Municipal de Porto Alegre para aplicação em ações de combate à pandemia de covid-19. Ainda, foram apregoadas as seguintes emendas: nº 01, assinada por Aldacir Oliboni e Leonel Radde, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 066/21 (Processo nº 0219/21); nº 02, assinada por Moisés Barboza, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/19 (Processo nº 0313/19); nº 03, assinada por Moisés Barboza, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 187/17 (Processo nº 1581/17). Na oportunidade, por solicitação de Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Cláudia Araújo, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Reginete Bispo, Moisés Barboza, Airto Ferronato, Comandante Nádia, Mônica Leal, Gilson Padeiro, Lourdes Sprenger, Jonas Reis e Claudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Leonardo Ribeiro Cesar, a Ercy Pereira Torma, a Luiz Tadeu Piva, a Dirceu Antônio de Castro, a Giovanni Nunes Talavera, a Voltaire Alves de Carvalho, a Adair de Melo Porto, a Adriano Gonzalez, a Vagner Vargas e a Neusa Maria Guimarães da Silva. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do Dia do Exército Brasileiro, nos termos do Requerimento nº 112/21 (Processo nº 0278/21), de autoria da Mesa Diretora. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mônica Leal, em nome da Mesa Diretora, Comandante Nádia, em tempo cedido por Pablo Melo, e

Ramiro Rosário, em tempo cedido por Gilson Padeiro. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Márcio Bins Ely, Moisés Barboza, Mauro Pinheiro, Jessé Sangalli, Alexandre Bobadra e Airto Ferronato. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Julio Cesar Palú Baltieri, general-de-brigada, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Felipe Camozzato, Giovane Byl e Karen Santos. Na ocasião, foi aprovado requerimento verbal formulado por Giovane Byl, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Gilson Padeiro e Giovane Byl. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 006, 009 e 004/21, este discutido por Pedro Ruas e Aldacir Oliboni, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 058, 072, 097, 122 e 139/21, este discutido por Aldacir Oliboni e Mauro Pinheiro; em 2ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 108/20. Também, Jonas Reis pronunciou-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Claudio Janta. Às dezesseis horas e vinte e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento de autoria de Comandante Nádia, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 090/21 (Processo nº 0266/21). Foi aprovado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/17 (Processo nº 0459/17). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/19 (Processo nº 0495/19), após ser discutido por Pedro Ruas, Roberto Robaina, Cassiá Carpes, Mônica Leal, Jonas Reis, Psicóloga Tanise Sabino, Mauro Pinheiro e Comandante Nádia. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/19. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/19. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 045/17 (Processo nº 2753/17), por vinte e quatro votos SIM e dez votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato, Pedro Ruas, Reginete Bispo, Mauro Pinheiro, Matheus Gomes, Ramiro Rosário, Claudio Janta, Fernanda Barth e Comandante Nádia, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 078/21 (Processo nº 0243/21), após ser discutido por Pedro Ruas, José Freitas, Roberto Robaina, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Reginete Bispo, Claudio Janta, Cassiá Carpes e Alvoni Medina. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Alvoni Medina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 078/21, e foi aprovado requerimento de autoria de Alvoni Medina, solicitando que essa emenda

fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 078/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 078/21. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/19 (Processo nº 0313/19), o qual, após ser discutido por Cláudia Araújo e Pedro Ruas, teve sua discussão suspensa, em face do esgotamento do prazo regimental da presente sessão. Na ocasião, foi aprovado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/19. Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito à Diretoria Legislativa que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

Aprego e defiro os requerimentos solicitando um minuto de silêncio *in memoriam* de: Sr. Leonardo Ribeiro Cesar, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely; Sr. Ercy Pereira Torma, de autoria do Ver. Pedro Ruas; Sr. Luiz Tadeu Piva, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo; Sr. Dirceu Antônio de Castro, de autoria do Ver. Cassiá Carpes; Sr. Giovanni Nunes Talavera, de autoria da Ver.^a Reginete Bispo; Sr. Voltaire Alves de Carvalho, de autoria do Ver. Moisés Barboza; Sr. Adair de Melo Porto, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia; Sr. Adriano Gonzalez e Sr. Vagner Vargas, de autoria do Ver. Gilson Padeiro; Sra. Neusa Maria Guimarães da Silva, de autoria do Ver. Claudio Janta.

A homenagem ao Leonardo Ribeiro Cesar, Chefe de Gabinete da Presidência desta Casa, era amigo de muitos aqui, pessoa muito querida, trabalhou com o Ver. Ervino Besson, era assessor, cargo em confiança dos mais antigos da Casa, e, infelizmente, foi acometido pela Covid-19.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Quero corroborar as palavras do ilustre presidente com relação ao seu chefe de gabinete. O Leonardo era uma pessoa querida, conhecida de todos nós, desde os tempos do Ver. Ervino Besson, e, mais ainda no seu gabinete na presidência. No dia me manifestei, nos entristece muito isso, muito mesmo. Da mesma forma, manifesto a tristeza pelo falecimento do Ercy Pereira Torma, grande jornalista, foi presidente da ARI, lembrando que hoje é o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, liberdade que o Ercy Torma tanto defendeu.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): A minha homenagem ao Luiz Tadeu Piva, que foi ex-diretor do SESC, sempre trabalhou em causas sociais, era uma pessoa boníssima que faleceu no dia 24 de abril, infelizmente, vítima também da Covid-19.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Quero me associar à homenagem ao Leonardo, um colega sensacional, trabalhador, que nós conhecemos na Casa desde o nosso saudoso colega Besson; ele nos deixou jovem, sentimos muito, sem dúvida. Da mesma forma quero lembrar o falecimento do Dirceu Antônio de Castro, que foi presidente do Esporte Clube Cruzeiro e foi quem ajudou a executar aquele belo estádio, aquela maravilhosa obra, um homem jovem e que tinha muito ainda a fazer para o esporte gaúcho e brasileiro.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Quero me somar às homenagens póstumas ao seu assessor Leonardo, presidente, em nome da nossa bancada do PT. O Leonardo era um jovem que vinha atuando na Câmara desde a época do Ver. Ervino Besson, e que, independente do partido, tinha sempre uma relação muito amigável, democrática, com todos os gabinetes e fazia uma excelente interlocução com todos. Por isso nós nos somamos a esse reconhecimento e, ao mesmo tempo, a solidariedade à família e a todos que o conheciam. Que Deus o tenha!

Vereadora Reginete Bispo (PT): Também pedi a homenagem ao Giovanni Nunes Talavera, companheiro, advogado, sindicalista, militante do Movimento Negro Unificado, e que partiu na última sexta-feira, dia 30, vítima da Covid-19.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Presidente, me somo às homenagens ao Leonardo, mas também perdemos um dos fundadores da Malucos do Bem, o ex-funcionário aposentado do Posto de Saúde Modelo, o amigo querido Voltaire Alves de Carvalho, que partiu também, vítima da Covid-19, sem saber que a sua esposa, enquanto ele estava entubado, a Gelci, havia falecido. Então, ao casal, mas principalmente a um dos fundadores da Malucos do Bem, o Voltaire Alves de Carvalho.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Quero me somar a todas as homenagens e dizer do nosso convívio muito próximo com o nosso querido Leonardo. Também lembrar que tive o prazer de apresentar ao Ercy Pereira Torma o projeto, que foi aprovado, que permitiu que concedêssemos o Título de Cidadão de Porto Alegre a ele. Então as nossas homenagens a todos nesta tarde de hoje.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Obrigada, presidente, boa tarde a todos colegas vereadores e a quem nos acompanha pela TVCâmara; quero também aqui prestar as minhas homenagens, além de todos já comunicados pelos colegas vereadores, ao segundo sargento Adair de Melo Porto, da cidade de São Nicolau, que saiu para trabalhar, cumprir a sua missão e entrevistou em uma ocorrência, em que um arruaceiro fugiu. Uma cidade pequena, onde todos o conheciam, mas infelizmente ele foi recebido

a tiros e faleceu no cumprimento do dever ao qual ele jurou quando entrou na Brigada Militar. Deixa a família e aqui a nossa homenagem ao 2º Sargento Aldair, de São Nicolau. Obrigada.

Vereadora Mônica Leal (PP): Eu quero aqui fazer minha homenagem ao Leonardo. Ele trabalhou com o Ver. Ervino na época do meu pai, o Ver. Pedro Américo Leal, um rapaz muito competente, atencioso e dedicado. Como jornalista faço também a minha homenagem ao jornalista Ercy Torma, líder muito importante que lutou pela liberdade de expressão com responsabilidade e com isenção. Obrigada.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Eu queria me somar a todas as homenagens ao amigo Leonardo que nos deixou, meus sentimentos a toda a família, e também pedir um minuto de silêncio para dois amigos, no Extremo-Sul de Porto Alegre, que nos deixaram no dia de ontem. Dois jovens, o Adriano Gonsalez, casado com a Aline Vargas, deixou a família, e também o Vagner Vargas.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Com muita tristeza a gente vem lembrar o passamento do Leonardo, um querido jovem, família vizinha, um sentimento de... (Problemas na conexão.) ...e sua esposa. Vai fazer muita falta, um grande assessor, uma pessoa especial para todos, e me somar ao que já foi salientado pelos demais vereadores.

Vereador Jonas Reis (PT): Eu quero me somar aos colegas na homenagem ao Leonardo que sempre foi um servidor exemplar, sempre nos recebeu bem, desde o tempo em que eu era diretor do Simpa. Fico muito triste e quero enviar meu abraço à família e para todo o gabinete. Também quero aqui fazer votos ao pedido de homenagem da Ver.^a Reginete Bispo, ao querido advogado Giovanni Nunes Talavera, muito conhecido, servidor público muito atuante, que deixa um legado, deixa saudade e também meu abraço pela sua militância junto às negras e negros de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Era isso, obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, solicito às Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores que ainda não o fizeram colocar no *chat* ou pelo WhatsApp o nome completo dos homenageados para que a grafia fique correta nos Anais.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Há matéria a ser apregoada, mas antes de o colega Sandro fazer o pregão, gostaria de registrar a presença da Ver.^a Daiana Santos.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Sandro.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a inversão da ordem dos trabalhos, para que passemos, imediatamente, ao período de Comunicações. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Exército Brasileiro, nos termos do Requerimento nº 112/21, de autoria da Ver.^a Mônica Leal.

A Ver.^a Mônica Leal, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Presidente, boa tarde a todos, cumprimento o General Baltieri, Chefe do Estado Maior do Comando Militar do Sul, presente nesta homenagem que a Câmara Municipal de Porto Alegre presta ao Exército. Com muito orgulho e com um compromisso já assumido nos meus mandatos, proponho este período de Comunicações alusivo ao Dia do Exército Brasileiro, de forma virtual, mas igualmente marcando a importância da data transcorrida no último dia 19 de abril. Homenagear e divulgar o trabalho do Exército é, para mim, uma questão de respeito e gratidão pelo que a instituição representa para o nosso país e, particularmente, para a minha vida pessoal e profissional. Eu cresci dentro da família verde-oliva que meu pai, o Coronel Pedro Américo Leal, escolheu como sua, onde construiu sua carreira militar e se realizou. Por isso a minha ligação com o Exército Brasileiro é tão estreita e afetiva. Sou desde a infância uma cidadã brasileira admiradora de sua história, seus valores e princípios. O Exército é o braço forte e a mão amiga do Rio Grande do Sul, que nós aqui somos fiéis admiradores e que nos é sempre fornecido através do Comando Militar do Sul, ao que agradeço e parabeno o Comandante General do Exército Valério Stumpf Trindade, militar experiente que contribuiu na atuação do Brasil em duas guerras civis. Desde abril de 2020 está à frente do Comando Militar do Sul. Na ocasião, assumiu no lugar do já saudoso e querido amigo General Miotto que infelizmente nos deixou em janeiro último. Lembro também e agradeço a atuação do General Edson Leal Pujol no comando do Exército Brasileiro, outro gaúcho que tanto nos orgulha e recentemente deixou o posto, mas onde priorizou a lealdade, a instituição e a responsabilidade sobre a missão que lhe foi dada. Destaco a atuação do Exército aqui no Estado no atual momento de pandemia, intermediando com organização e prontidão as ações do governo federal junto ao governo estadual, junto ao governo municipal de Porto Alegre no apoio à logística para a montagem do hospital de campanha, transporte, suprimentos e parceria na vacinação, e a união com as equipes da

Saúde também da população. Por tudo isso, essa valorização merecida da Casa do Povo de Porto Alegre aos homens e mulheres de formação militar que servem, com amor à Pátria, cumprem com seus deveres, baseados na ética e na ordem que trazem em si um permanente espírito de soldado que aprende, com coragem, a não bater em retirada e que missão dada é missão cumprida. Dois grandes lemas que eu também tenho para a minha vida. Só tenho a dizer muito obrigada ao Exército Brasileiro e obrigada, General Valério, pela sua representação.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para em Comunicações, por cedência do Ver. Pablo Melo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Eu também não poderia deixar de prestar minha homenagem ao Exército Brasileiro. Meu pai não é do Exército, mas era um aguerrido sargento da Brigada Militar. E como militar, sei da importância do nosso Exército Brasileiro que desde 1648 faz defesa a pátria, tem a garantia dos poderes constitucionais e tem feito muito mais do que isso, vemos nas rodovias, vemos agora na vacinação, vemos em tantos atos e ações importantes para o nosso Brasil. Poder homenagear hoje, em nome de todos os oficiais e de todos os praças do nosso nobre Exército Brasileiro, esta instituição que muito é cara a todos os brasileiros, para mim é uma honra. E quero dizer que, neste momento, a Câmara de Vereadores, por meio da proposta da Ver.^a Mônica Leal e autorizada pela Mesa Diretora, faz esta homenagem mais do que devida e mais do que justa. Então, ao Exército Brasileiro, do soldado mais moderno ao General mais antigo – e aqui *in memoriam* do nosso querido amigo, General Miotto – a minha eterna continência e os meus parabéns. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia, presidente dos trabalhos; quero aqui também cumprimentar o nosso General Voltiere, em especial, uma homenagem à Ver.^a Mônica Leal, que anualmente vem, de maneira propositiva, fazendo este registro na Casa. Já estou há alguns mandatos aqui, General, e sempre a Ver.^a Mônica Leal tem feito oportunamente este registro.

Quero dizer que, no ano passado, infelizmente, General, terminou o período em que eu estava mobilizado, eu sou 2º Tenente de Cavalaria R2, mobilizado até 2020. Mas quero dizer que, com muita honra, servi ao quartel em 1995, Arma de Cavalaria,

fui presidente do Grêmio André de Neves, no curso de Cavalaria, meu irmão também serviu. Depois fiz meu estágio em Uruguaiana no 8º RC Mec, e trago muito boas recordações do Exército Brasileiro.

Quero me somar às manifestações que registram aqui todo o empenho e dedicação do Exército no que diz respeito à vacinação, em especial em Porto Alegre; também ao hospital de campanha da Restinga, e tantas outras ações. Quero fazer o registro que sou muito agradecido no que diz respeito à disciplina, hierarquia na minha formação. Eu acho que o Exército Brasileiro tem um papel fundamental no que diz respeito à soberania nacional do nosso País. Então, eu não poderia deixar de fazer aqui também o meu registro e agradecimento pelo transcurso do Dia do Exército. Também agradecendo o esforço da Associação dos Oficiais dos R2, ex-alunos do CPOR que têm tido a sua formação, no caso, têm sido orientados pela nossa escola CPOR. Meus cumprimentos pela iniciativa, Ver.^a Mônica Leal, e agradeço a presença do General Baltieri e a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm colaborado com as Forças Armadas do nosso País. Muito obrigado, Ver.^a Mônica e Ver.^a Comandante Nádia.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): De pronto, Ver. Márcio Bins Ely, devolvo a presidência dos trabalhos a Vossa Excelência, e gostaria de registrar que usei o tempo de Comunicações gentilmente cedido pelo Ver. Pablo Melo, não foi em liderança. Muito obrigada, Presidente.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Na verdade, me senti extremamente contemplado com a sua fala, por sermos colegas e ex-alunos do CPOR. Também tive a oportunidade de participar deste momento de formação do cidadão importante para mim, um momento importante da minha juventude, no qual muitos jovens se perdem. Eu morava sozinho na capital, na época, e depois tive a oportunidade também de ser comandante de Pelotas no 18º Batalhão de Infantaria Motorizada. Então, me senti extremamente contemplado com a sua fala, apenas para registrar e parabenizar a homenagem. A Ver.^a Mônica Leal sempre nos brinda com estes momentos; a Ver.^a Comandante Nádia e Vossa Excelência também. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio; General, eu também não poderia deixar de fazer esta homenagem ao Exército. E, General, o senhor vê que o Exército faz os seus filhos aqui na Casa, o Ver. Márcio Bins Ely foi aluno do CPOR, o Ver, Moisés e eu também tive minha passagem pelo CPOR no ano de 1985. Então, demonstra que o CPOR formou muitas pessoas por meio do Exército e isso é mais do que importante porque é a formação dos cidadãos. O Exército tem um papel importante no cenário nacional não somente na defesa do nosso País, que é mais importante de tudo, mas também nessa parte de formar os cidadãos para o nosso País e, dessa forma, preparar pessoas com qualidade para fazerem os eu trabalho e ajudarem a nossa nação.

Quero dizer que o Exército para mim foi fundamental em dois momentos: no ano de 1985, quando aluno do CPOR, quando tive a oportunidade de conhecer o Exército e participar; depois, no ano de 1987, fui oficial R2 no 18º Batalhão de Infantaria Motorizada, como Tenente Infante e fiquei lá por quatro anos, até janeiro de 1991, quando tive também o início da minha carreira profissional e o Exército me deu esse suporte. Então, foi muito marcante na minha trajetória essa oportunidade que tive no Exército. Depois, no ano de 2015, quando Presidente da Câmara, tive a oportunidade de conhecer o General Mourão, hoje vice-Presidente do País, que veio me visitar, na época, como Presidente da Câmara e depois me convidou para uma palestra do CPOR que fez como Comandante Militar do Sul. Eu estava presente naquela palestra que foi muito importante para o novo cenário político da minha pessoa essa relação com o General Mourão. A partir dali, tive uma nova visão para a política e tomei decisões que julgo importantes para a minha carreira parlamentar. Então, só tenho a agradecer duas vezes ao Exército: na primeira oportunidade, em 1985, depois, em 1987, a continuação e, em 2015, com a palestra do General Mourão, hoje vice-Presidente da República, que teve um resultado na minha vida parlamentar. Muito obrigado ao Exército, parabéns General, que o Exército continue a fazer este papel importante para o nosso País.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos; boa tarde, General. Eu queria parabenizar o Exército Brasileiro, que, no dia 19 de abril, esteve comemorando o seu aniversário, mesmo dia inclusive que é o aniversário do meu pai. Fico muito feliz porque, em 2010, quando era estudante na Escola de Cadetes do Exército, lembro que foi um dia bastante marcante para mim porque foi a primeira ocasião em que eu não pude estar presente com o meu pai, mas eu estava dentro a Escola de Cadetes comemorando o aniversário do meu pai, junto com a comemoração do Exército. Então, é uma entidade que eu nutro muito respeito, me desliguei quando eu era cadete da AMAN, meu único arrependimento é não ter sido formado na AMAN, naquela época era mais jovem, talvez não tivesse a mesma maturidade de hoje.

Infelizmente, não foi possível, por conta da idade limite no acesso em função da questão da saúde física, retornar ao Exército com mais idade, por conta das regras de ingresso e de aposentadoria, mas é uma instituição pela qual tenho muito respeito, fiz grandes colegas. Tive a oportunidade de ter o meu pedido abonado pelo General Pujol, que, na época, era o Comandante da academia. É, sim, uma instituição pela qual nutro grande respeito. Espero poder fazer muitas visitas à instituição para acompanhar o desenvolvimento e espero também que cada vez mais o Exército consiga contribuir, além da sua missão constitucional, na questão da infraestrutura que a gente sabe que acaba fazendo grandes obras para o nosso País e, se der para continuar ampliando essa parceria, eu sei que vai ser muito benéfico para todos. Então, parabéns, ao General, parabéns ao Exército. Fico muito feliz de esta instituição ser muito respeitada aqui pela Câmara de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Gilson Padeiro.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente. Antes de mais nada, muito obrigado também ao colega Ver. Gilson Padeiro, por ter me cedido o tempo. Eu fico feliz também porque não poderia me furtar a uma fala nesta data que homenageia o nosso Exército Brasileiro.

Eu gosto muito do lema do Exército, ou um dos lemas, que é: o braço forte e mão amiga. Eu acho que essa expressão traduz muito do sentimento que o povo brasileiro tem com o Exército e o Exército também com a Nação a qual defende. O braço forte na sua disciplina, o braço forte na sua retidão, o braço forte na defesa das nossas fronteiras, o braço forte na defesa da nossa Nação. E a mão amiga aparece muito frequentemente na nossa cidade, e nós temos vários exemplos disso, agora, no combate à pandemia com as ações exemplares do Exército, como já foi mencionado aqui, muito especialmente o hospital de campanha na Restinga, Extremo-Sul. Também o apoio a desastres, grandes enchentes, deslizamentos, o Exército Brasileiro sempre se faz presente para estender a sua mão amiga também às pessoas mais necessitadas com toda a sua disciplina e organização para poder dar o retorno mais rápido àquelas pessoas. O apoio também em ações sociais, e lembro aqui, por exemplo, na última gestão, existia aquele programa muito bacana que foi a Prefeitura nos Bairros, quando se fazia quase que uma ação global com diversos serviços à comunidade. E o Exército Brasileiro se fazia presente também nessas ações, nesses dias, ofertando medição de pressão, questões de Odontologia e uma série de exames, fazendo uma ação muito pertinente, muito boa junto às comunidades que mais necessitam. A mão amiga também se traduz na formação dos jovens que o Exército Brasileiro acaba dando oportunidade a muitas pessoas que, talvez, não tiveram outra saída, outra opção na sua vida e que encontram, no Exército, um caminho a ser seguido para poder, inclusive, buscar a sua própria felicidade e sustento da família. E o apoio também da mão amiga, que tem muito do

braço forte, se traduz nas recentes ações na infraestrutura. Faço aqui uma menção muito especial ao Ministro Tarciso e a todas as ações que o Exército Brasileiro tem feito na infraestrutura, buscando qualificar rodovias, ferrovias e outros itens da logística do nosso País o que, certamente, será um legado importantíssimo à Nação. Então, General, meus parabéns, e a vocês todos. Contém com nosso mandato aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, para que a gente possa estreitar ainda mais as relações no nosso Exército Brasileiro com a municipalidade. Muito obrigado

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Boa tarde Presidente, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, 19 de abril é uma data muito importante, pois é quando a gente comemora o Dia do Exército, a batalha de Guararapes. Eu, graças a Deus, tenho muitos amigos no Exército. Eu servir na antiga Companhia de Comando do Comando Militar do Sul, CMS, onde incorporei no dia 8 de março de 1999, data em que ingressei no serviço público. Então, lá se vão mais de 22 anos de serviço público onde fiz muitos amigos, não só na Companhia de Comando CMS, onde hoje é um museu, como também no primeiro CTA, o primeiro Centro de Telemática do Exército. Trabalhei no Gabinete do Subchefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sul, trabalhei com Cel. Azambuja, fiz curso de formação de cabo no 3º RCG. Então, tive muitos amigos no Exército. Acho que o Exército tem um papel fundamental na nossa sociedade, porque, além de garantir a segurança das nossas fronteiras e de nos preparar, de certo modo, para possíveis tempos de guerra, o Exército é uma instituição muito séria, é uma instituição que não é de governo, é uma instituição de estado, é uma instituição permanente e que faz um trabalho social muito bonito dentro do nosso Brasil. São muitos jovens que servem as fileiras do Exército todos os anos; os jovens fazem suas inscrições para servir nas Forças Armadas. Nós sabemos que o Exército faz um trabalho social muito bonito no nosso país, pois são milhares de jovens que, todos os anos, incorporam no Exército. Eles passam pelo período básico de formação de três meses, onde aprendem valores inestimáveis que vão levar para o resto da vida e, por muitas vezes, a gente faz amizades que perduram por muitos anos. Eu mesmo, no meu gabinete, tenho um grande amigo que serviu comigo; outro que foi meu superior hierárquico. Então, eu tenho grandes amigos do Exército Brasileiro que, por muitas vezes, nos encontramos, depois, em outras forças. Eu tenho um amigo que foi meu colega no Exército, na Brigada e na própria Polícia Penal. Essa função social que o Exército exerce, principalmente, em tempos, por exemplo, de catástrofes, de Defesa Civil, é fundamental. Então, parabéns a todos que serviram o nosso glorioso Exército Brasileiro, quem foi soldado, cabo, sargento ou oficial, o Exército é de todos. Então, esta justa homenagem da nossa Câmara de Vereadores ao Exército Brasileiro.

Até digo mais, Presidente, nós temos o projeto do Soldado Cidadão. Acho que ele pode ser aplicado, ainda hoje; o Exército e as forças armadas fazem a preparação daquele jovem, quando ele sai do Exército, para ser encaminhado para o mercado de trabalho, que vai fazer curso de marceneiro, padaria, na área de informática e nos mais diversos cursos. Então, essa é a importância do nosso Exército. O nosso Quartel-General fica na rua dos Andradas, 562; fiz grandes amigos lá. Enfim, que bom que nós podemos contar com o nosso Exército Brasileiro. Obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Estimado Presidente Márcio, caro vereadores e vereadoras e público que nos assiste; faço uma saudação toda especial ao General que está conosco. Gostaria de dizer que, com satisfação, falo, nesta oportunidade, em meu nome e em nome do meu partido PSB. Gostaria de cumprimentar a colega e amiga Mônica Leal que tem nos propiciados, anualmente, este momento de saudação especial ao Exército Brasileiro. Que bom que a Mônica mencionou o nome do pai dela, o meu querido Pedro Américo Leal de quem tive a satisfação de ter sido colega, antes de ser colega da Mônica. O Ver. Pedro Américo Leal também sempre apresentou esta possibilidade, através de requerimento, de homenagear o Exército Brasileiro que é para nós um orgulho, sim. Eu não me canso de dizer, parabenizando o Exército, que o Exército Brasileiro é uma instituição pública reconhecida pela nação brasileira, tem o respeito do povo brasileiro por tudo que o Exército representa ao nosso País. Cumprimentando o Exército, nós cumprimentamos todas as ações que estão a cargo do Exército Brasileiro, e, muito especialmente, enfatizamos, em tempos de pandemia, a ação social que o Exército realiza. Toda vez que eu falo do Exército Brasileiro, lembro do meu falecido pai que, lá nos tempos da guerra mundial, serviu ao Exército, ficou três anos; colono que era, toda vez que ele falava do Exército Brasileiro, ele sentia um orgulho todo especial de ter participado e servido ao Exército. Portanto, nosso abraço e nosso reconhecimento, nosso carinho, e, mais uma vez, Mônica, parabéns pela bela e sempre e continuada iniciativa. Um abraço a todos e obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O General-de-Brigada Júlio Cesar Palú Baltieri está com a palavra.

SR. JÚLIO CESAR PALÚ BALTIERI: Ver. Márcio Bins Ely, nosso Presidente; Ver.^a Mônica Leal, a quem agradeço, em particular, por esta iniciativa que nos sensibiliza muito; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu agradeço em nome do

General Stunph. Ele gostaria muito de estar presente nesta sessão, mas, infelizmente, ele teve de comparecer a uma reunião do alto comando do Exército, em Brasília, e infelizmente não pode estar presente para ouvir e presenciar esta homenagem tão significativa para nós.

No último dia 19 de abril, o Exército completou 373 anos, sua origem ocorreu na batalha dos Guararapes. Mas é interessante a gente observar que essa batalha marca não somente a origem do Exército Brasileiro, mas a gênese da própria nação brasileira. Naquela época, os holandeses ocupavam o nordeste do Brasil, quando tiveram origem movimentos nativistas; eram pessoas que viviam no Brasil, que nasceram aqui, que levavam suas vidas, que construía o seu futuro no País e, pela primeira vez, sentiram-se donos de um pedaço de território, marcando o início de uma nação. Então, nascia o Exército Brasileiro junto a nação brasileira. Desde então, ao longo da história, juntos seguimos. Com esta homenagem eu, honestamente, fico tocado, porque eu vejo que continuamos nessa mesma linha ao ouvir os vereadores que, com suas próprias histórias de vida, ajudaram a escrever as páginas da história do Exército no Rio Grande do Sul, trabalhando conosco. Essa identidade que nós temos é fundamental, é saudável, faz parte da democracia e nos enche de orgulho e de alegria. Então, agradeço profundamente esta homenagem, convicto de que ela realmente é justa, porque o Exército é uma instituição que, ao longo da história, construiu essa reputação maravilhosa e essa aprovação nacional de que desfruta hoje é a prova disso, é a prova marcante disso. Agradeço, sensibilizado a todas as senhoras e senhores por esta homenagem e me coloco à disposição de todos aqui no CMS. Tenho certeza de que essa é a vontade do nosso Comandante a quem eu represento neste ato. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, General Baltieri; muito obrigado, Ver.^a Mônica Leal. Agradeço também a todos os vereadores que se manifestaram. Peço que transmita o nosso fraterno abraço ao Comando Militar do Sul.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicação de Líder e, prossegue, em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado Presidente, saúdo o nobre Presidente da Casa, o Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras. Hoje, segunda feira, após um ato marcante em defesa da Carris, feita no dia 1º de maio, no sábado passado, nós não poderíamos deixar de fazer algumas considerações importantes com relação não só ao ato, mas também sobre o que está acontecendo no atual governo, que tem como prefeito o nosso ex-vereador Sebastião Melo.

Depois de 149 anos de existência da Carris, o prefeito tem ido na imprensa e tem divulgado, amplamente, no seu governo, que pretende privatizar a Carris, que é uma empresa pública de transporte público em Porto Alegre e que deu lucro, queriam ou não, até a nossa gestão, a gestão da Frente Popular. Após a nossa gestão, veio a do

governo Fogaça, depois a do José Fortunati, o próprio Sebastião Melo, que foi vice-prefeito, e depois a do Marchezan, nesses 16 ou quase 20 anos, na verdade a Carris tem apresentado déficit, mas os governos que nos sucederam têm apresentado uma série de irregularidades na gestão da Carris. Isso foi público e será um tema que nós vamos encaminhar ao Ministério Público de Contas para que o governo tente, ao menos, corresponder com as perguntas que estamos fazendo sobre as gestões que estiveram à frente da Carris.

E agora, recentemente, com a informação do atual governo, que diz que vai privatizar a Carris, na verdade, ele não faz um tratamento adequado não só em relação ao atendimento à população, como não reconhece que, em tempos de pandemia, quem assumiu as linhas que os atuais consórcios não quiseram foi a Carris. São 20 linhas nas comunidades com maior dificuldade, e, se não tivéssemos uma empresa pública, possivelmente esses cidadãos não teriam o atendimento de transporte público. Mas não foi só isso, ao longo de uma década, a Carris tem sido, vamos dizer assim, o baluarte e a empresa que tem como referência o controle do próprio preço da passagem em Porto Alegre. Queiram ou não, nesses últimos tempos, no final do governo Marchezan, o governo subsidiou com R\$ 36 milhões os atuais consórcios. E agora, o atual governo, com R\$ 16 milhões, e já há mais de 30 dias sinalizou na Câmara, numa audiência em que esteve o prefeito e o próprio secretário de mobilidade urbana, que em três meses ele iria onerar a população, eu diria assim, aumentando o valor da passagem. Queremos lembrar que no início do ano, no início da gestão do atual prefeito Sebastião Melo, ele nomeou o diretor técnico da Carris, eu diria que cometendo um crime de responsabilidade, na medida em que ele infringe a lei federal ao nomear um cidadão que não tem curso superior e que, portanto, não havia como assumir como diretor técnico. Será por que esse que esse cidadão assumiu a Carris? Assim mesmo, não atendendo às prerrogativas da lei federal, ele foi nomeado e está lá até hoje. O governo atual do nosso querido amigo prefeito municipal acaba infringindo e criando a possibilidade de responder a um processo por improbidade administrativa, exatamente por insistir em nomear alguém que não preenche as prerrogativas da lei federal. Então, nesse sentido, nós não só estamos preocupados com isso, nós estamos preocupados porque há um indicativo de entregar um patrimônio público, que hoje tem uma enorme importância para a cidade de Porto Alegre, são dois mil trabalhadores na Carris, é uma empresa que, ao longo de uma década, tem apresentado lucro, tem recebido prêmios nacionais e internacionais. Por que, nas últimas gestões, tem dado prejuízo, conforme diz o governo? Por que essa empresa pública, que é a balizadora, eu diria assim, do transporte público, dos preços, não tem recebido o tratamento adequado como têm recebido as concessionárias que, em tese, são serviços privados?

Nós queremos, sim, nesse movimento dos trabalhadores da Carris, não só apoiá-los, mas, mais do que isso, queremos criar todos os mecanismos necessários para impedir essa privatização. Porque não é justo eliminar dois mil empregos, não é justo deixar duas mil famílias desempregadas, não é justo o transporte público de Porto Alegre perder uma das empresas de transporte público que é referência nacional e internacional. E agora, infelizmente, o governo Melo vem entregando, como fez há

poucos dias com a Procempa, como fez, dando o tiro de misericórdia, com os trabalhadores da saúde, terceirizando a Atenção Básica e entregando o que é mais sagrado, aquilo que a população deveria ter em excesso e não haver falta de atendimento, como é o caso da saúde.

Nós sabemos que em tempos de Covid não é só a manutenção da Carris, não é só manter uma passagem mais barata, não é só manter o atendimento médico no hospital aos cidadãos e às cidadãs, mas é, acima de tudo, ter coerência com o discurso. O então candidato Sebastiao Melo, hoje prefeito, disse que, se precisasse, privatizaria a Carris. Quais são os dados que o prefeito apresenta para privatizar a Carris? Simplesmente porque está dando prejuízo? Quem assumiu as linhas que até então as concessionárias não quiseram e devolveram para a Carris? E agora, o próprio governo sinaliza com algumas linhas sendo devolvidas para as concessionárias, na medida em que elas passam a dar lucro, simplesmente porque a economia volta a funcionar na medida em que o governo tenta ampliar a vacinação e criar um clima de normalidade na cidade. Vai longe ainda. Vai longe ainda. Com certeza, até o final do ano, porque o governo federal não tem atendido a contento os reclames da população com relação à vacina, seja ela na primeira ou na segunda dose. Nesse sentido, eu queria, aqui, nobre Presidente, dizer da enorme preocupação que temos quando um governo quer privatizar um serviço que é essencial. Sequer a vacina foi sinalizada para os rodoviários, para os trabalhadores do transporte público; mas, sim, a privatização me parece que é uma das prioridades do governo. Por isso, nós, enquanto bancada, queremos registrar aqui não só a nossa indignação, como dizer que estaremos sempre junto com os trabalhadores, com a sociedade, pela não privatização da única empresa de transporte público de Porto Alegre, a Carris, que tem 149 anos de existência na nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Boa tarde, colegas vereadores, público que está nos assistindo pela TVCâmara. O Ver. Aldacir Oliboni obviamente faz uma posição ideológica do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, a qual eu respeito, embora, obviamente, divirja completamente. A Carris tem acumulado, nos últimos dez anos, quase meio bilhão de reais, quase R\$ 500 milhões de prejuízos ao longo desse período. Isso, obviamente, não é do interesse do cidadão, que tem pagado por esse rombo e também a Carris, obviamente, vem tendo, sim, auxílios da Prefeitura, que faz aportes não só para cobrir o prejuízo, mas também, não só a Carris como as demais empresas têm tido benefícios, subsídios indiretos concedidos pela Prefeitura ao longo dos últimos anos, sejam eles tributários, sejam eles através de outras facilidades que a gente acaba vendo de reduções tributárias, algumas injeções de recursos, e agora, na pandemia, em especial, uma injeção direta de valores do Tesouro. Em todo caso, as estatais no Brasil são, por

natureza, ineficientes; elas precisam contratar por concurso, precisam comprar por licitação. A Carris, por exemplo, possui peças, componentes de diversos fornecedores diferentes, o que já faz com que, de largada, sua operação seja mais ineficiente do que a de qualquer outra empresa privada. A gente tem uma perspectiva que é uma constante, que embora a oposição tente tratar da questão dizendo que basta melhorar a gestão e que é a interferência política que prejudica a Carris, é uma constante interferência política em estatais. Em estatais brasileiras, aliás, os maiores escândalos de corrupção derivam da gestão do Partido dos Trabalhadores, no governo federal, fazendo muitas dessas interferências em gestão de estatais. Ou seja, é da natureza de uma empresa estatal ser menos eficiente do que empresas privadas do mesmo setor, com mesmas condições de competição. Então, eu respeito a divergência ideológica, entendo a posição do PT, que precisa defender uma categoria sindicalizada, precisa defender uma corporação, porque essa é a sua natureza, mas a Carris, há muito, já não entrega mais para o cidadão, a um custo satisfatório, o serviço de transporte. A gente deve caminhar para outras alternativas, devemos caminhar para uma alternativa de transporte público que possa ser mais competitiva, mais aberta, com menos regras que burocratizam esse setor, que possa proporcionar então mais modais, menores preços, maior versatilidade. E, mesmo antes da entrada dos aplicativos de transporte, o setor de transporte público de Porto Alegre já estava sofrendo com perda de passageiros, já sofria com perda de qualidade na sua entrega do serviço, ou seja, é um setor que precisa se repensar, se reinventar. E não faz sentido a gente manter uma estrutura estatizada, uma estrutura que é do século passado, um pensamento inclusive do século passado, que é o pensamento de estatais estratégicas, ainda mais no transporte público, como se fosse essa a solução para o nosso problema. A gente já sabe que não é, a gente já sabe que não só custa muito ao cidadão de Porto Alegre, a Carris, inclusive, encarece o preço médio da passagem na nossa cidade, ela é um componente que faz com que a gente tenha uma passagem mais cara, mas também ela não consegue competir em pé de igualdade com as empresas no mercado e também entrega sempre uma conta a pagar no final do ano dos seus prejuízos financeiros.

Fico muito feliz, aliás, pela coragem do prefeito Melo e desta gestão, de encaminhar um tema que a gente sabe que é polêmico, que a gente sabe que vai ter muita e ferrenha oposição desses grupos ligados aos sindicatos e muito vinculado aos sindicatos dos municípios e ao Partido dos Trabalhadores, mas esse é o preço que se paga para podermos evoluir. Se nós ficamos ainda com ideias pré-Muro de Berlim, nós não avançaremos enquanto civilização e que bom que esta gestão está buscando que se possa modernizar com políticas pós-queda do Muro de Berlim e não mais políticas com a mentalidade de uma filosofia econômica e dirigista, que já se mostrou fracassada e falida. Então, agradeço a atenção de todos. Muito obrigado. Desejo uma boa tarde e boa sessão.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Giovane Byl está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente Márcio; boa tarde, diretor Luiz Afonso; boa tarde a todas as Sra. Vereadoras e a todos os Srs. Vereadores, a todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara, pelo YouTube, pelas redes sociais. Presidente, eu havia solicitado, mas acho que acabou não tendo tempo hábil para eu falar após a homenagem, eu queria solicitar uma inversão dos trabalhos para que os projetos que precisam correr a 1ª Sessão de Pauta tivessem essa sequência. Então, queria fazer uma solicitação para a inversão da ordem dos trabalhos e também quero fazer a defesa do projeto que temos tramitando na Casa, que é o PLL nº 139/21, projeto que foi assinado por mim e por mais 16 vereadores, que visa garantir a manutenção do repasse às entidades conveniadas com a Prefeitura de Porto Alegre que têm a parcerização na educação infantil, tem a parcerização com a FASC, e essas entidades foram surpreendidas no mês de março, quando não houve o repasse integral da Prefeitura. Então o Fórum das Entidades, o CMDCA nos procurou, muito em cima da lei que foi aprovada no ano passado, e nós construímos essa lei para dar a segurança jurídica para a SMED fazer o repasse para essas entidades, mesmo quando as aulas estiverem suspensas devido ao período de pandemia. Eu acho que Porto Alegre tem uma dívida muito grande com essas entidades que vêm prestando esse serviço parcerizado com a Prefeitura. Sem as entidades conveniadas, a Prefeitura não conseguiria atender a educação infantil, os SASEs, todo um trabalho socioeducativo da FASC com as crianças, jovens e adolescentes, e essas entidades merecem o mínimo de respeito, que é ter também a garantia do seu repasse no final do mês para garantir a folha salarial dos seus funcionários, para garantir o aluguel, a água, a luz e todos os projetos que eles fizeram de qualificação dos seus espaços. Nós vimos isso acontecer na semana passada, onde tivemos a alteração do decreto e as escolas de educação infantil eram para estarem abertas, houve lá uma manifestação do Judiciário para não abrir, e fica nesse fogo cruzado, abre e fecha, e os dirigentes das entidades sem a garantia do repasse para pagar suas folhas, para pagar a água, luz, telefone, aluguel, e esse projeto de lei, reforço aqui, para o qual nós fizemos uma ampla discussão na CECE, com mais de 120 dirigentes de entidades, onde esteve presente a nossa secretária de educação, Janaína, o secretário-adjunto, Ramiro, também os representantes do CMDCA, do Fórum das Entidades, os vereadores que compõem a CECE, fizemos um amplo debate, uma ampla discussão onde se reforçou mais a importância desta lei para garantir o repasse às entidades conveniadas com a Prefeitura. Então fica aqui o nosso pedido de sensibilidade aos senhores vereadores, aos líderes de bancada, para que possamos fazer com que este projeto vença a primeira pauta, vença a segunda pauta, e que consigamos trazê-lo para uma reunião conjunta de comissões porque as entidades merecem essa segurança de ter o seu pagamento em dia para que quando se normalizar a pandemia, eles possam atender as nossas crianças, os nossos jovens na plenitude, na excelência dos serviços que eles já prestam. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Giovane Byl (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos para que passemos o período de Pauta para antes da Ordem do Dia. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovane Byl. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, boa tarde a quem está nos assistindo em casa. Utilizo esse período de Comunicações para tratar do tema da Carris, da importância dessa empresa pública que, frente à outras empresas dos consórcios privados, presta um melhor atendimento de ônibus da cidade de Porto Alegre que neste momento da pandemia, em um momento em que as empresas privadas – hoje são quatro consórcios privados –, a gestão já é privada, a prestação de serviços é toda privatizada, e nós, enquanto poder público, não temos controle das contas do transporte. É importante colocar isso, já é privado o consórcio. A única empresa pública que presta serviço e que neste momento de pandemia, quando essas empresas privadas, de forma unilateral, romperam o que estava previsto no contrato e excluíram diversas linhas, diversos horários em comunidades de Porto Alegre, linhas que ajudam o trabalhador a se deslocar, a chegar no centro, o estudante, o trabalhador, foi a Carris que assumiu essas 22 linhas. É muito importante colocar que a empresa pública cumpre, nesses momentos pandêmicos e de dificuldade econômica, onde simplesmente as empresas privadas, para não ter seu lucro, resolvem excluir as linhas. Não se preocupam com a saúde do trabalhador, não se preocupam com a superlotação do transporte, não se preocupam com tempo com que as pessoas estão hoje nas paradas esperando o transporte coletivo, porque não tem ônibus na cidade. Inclusive a forma com que a Carris está sendo prejudicada, porque eu estive na sexta-feira no terminal do triângulo, ali onde passa o T2, o T4 e o T11, conversando com a população, e o tempo médio que as pessoas estavam esperando para conseguir adentrar no ônibus, respeitando o que os decretos colocam, o limite de superlotação, era de 20 a 30 minutos. Ou seja, eles acabam se atrasando para ir ao serviço, acreditando que o problema é a Carris, que tem que privatizar mesmo porque não tem ônibus circulando nas ruas, enquanto isso é uma política de desmonte. A Carris, justamente, não tem frota porque está absorvendo as linhas de empresas privadas que não estão respeitando o que está previsto no contrato. Então quando o Camozzato vem com esse papinho de que está quebrado e que tem que privatizar, fala a verdade para o povo porto-alegrense, Camozzato, o serviço já é privado... (Problemas na conexão.) ...desde o dia 13 de março a gente fez uma solicitação via CUTHAB, com a presença do diretor da EPTC e do secretário de mobilidade, Záchia, pedindo o estudo de impacto financeiro que tratasse da necessidade de privatizar a Carris. E desde o dia 13 de março, antes até, porque antes também o secretário se fez presente na Câmara de Vereadores e nós fizemos este questionamento e até agora não tivemos acesso, a população de Porto Alegre não teve acesso, os

rodoviários não tiveram acesso, os vereadores da Câmara de Porto Alegre não tem acesso, e ao mesmo tempo o governo Melo já está na grande mídia dizendo que tem que privatizar, e o Camozzato nas suas redes sociais, mentindo. Agora, ele falou que há um déficit de quase R\$ 500 milhões, mas há cinco dias na sua rede social ele colocou que o déficit era mais de R\$ 350 milhões. Qual é o déficit, afinal, Camozzato? Por que você está mentindo e manipulando os dados para justificar uma privatização que nem vocês liberais têm conhecimento, porque de fato, hoje, o transporte já é privado, então essa mentira de que tem que privatizar para qualificar o serviço... Se vender a Carris, a passagem de ônibus não vai baixar; se vender a Carris, a gente não sabe como é que vão ficar essas 22 linhas que estão hoje sendo operadas pela empresa; se vender a Carris, não tem garantia nenhuma de que as linhas que foram extintas pelas empresas privadas vão retornar, se vai retornar a Cefer, se vai retornar a Mapa, a Padre Reus, se vai retornar a M68, não está nada previsto porque não estamos tendo informações. Todos os pedidos de informação que fizemos referentes às linhas que foram extintas, não temos prognósticos, nem com relação à categoria. É importante colocar que a categoria dos rodoviários, relacionados às empresas privadas de ônibus, estão trabalhando e recebendo 25% a menos no seu salário. Aí é fácil fechar a conta no final do mês, pagando um salário de fome para uma categoria essencial que está colocando a sua vida em risco, está reivindicando vacina desde o início deste ano e até agora também não tivemos um prognóstico. Só sabemos que fazem parte do quarto grupo de vacinação, mas não tem uma previsão para quando o quarto grupo de vacinação vai iniciar a vacinação. Então nós estamos hoje neste limbo, estamos hoje nesta situação, e temos que defender sim, a categoria dos rodoviários, pois achamos um absurdo eles estarem trabalhando a mesma carga horária e recebendo 25% a menos do salário, essa categoria que é serviço essencial, não estando vacinada. E isso é diferente do que ocorre com os trabalhadores vinculados à empresa Carris, é diferente a relação do trabalho. Nós queremos passagens baratas, sim, mas não queremos um rodoviário ou um cobrador com salário de fome, recebendo um prato de comida para trabalhar para manter o serviço operando. Isso, nas óticas neoliberais, é excelência porque está mantendo os lucros, a empresa segue operando. Nós temos desacordo a essa forma de operar e entender o que é direito, ainda mais o que é direito constitucional, como o direito ao transporte, o ir e vir das pessoas. Por fim, acho que a gente tem que se preocupar, na questão do transporte da cidade, com o debate da bilhetagem antecipada, que tem já os pareceres prévios do Tribunal de Contas do Estado mostrando irregularidades em relação a isso, nós não temos controle das contas do transporte, e temos que ter controle antes de pensar em privatizar qualquer coisa. A dívida da CCT, que vem sendo renegociada: são R\$ 60 milhões em relação a uma taxa que foi cobrada da população e que as empresas nunca repassaram aos cofres públicos. E todos os pedidos que vêm para a Câmara de Vereadores, e os vereadores aprovam: isenção de ISSQN, aumento do tempo de frota circulando na cidade e todo tipo de benefício, todo tipo de regalia que as empresas organizam, enviam para cá, e vocês, liberais, votam. Então antes de pensar em atacar uma empresa pública de excelência que foi duas vezes considerada a melhor empresa de transporte do Brasil, tu tens que pensar que foram gestões, de 2013 para cá,

que desmontaram a Carris por dentro, porque o desmonte também está lá colocado no parecer do Tribunal de Contas do Estado de 2018.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Encerrado o período de Comunicações. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde presidente Márcio Bins Ely, boa tarde vereadores e vereadoras, boa tarde ao pessoal que nos assiste pela TVCâmara e nas redes sociais. Venho esta tribuna hoje para falar sobre as coisas boas que estão acontecendo na cidade, especialmente na Zona Sul de Porto Alegre, onde a gente está, no ir e vir de todos os dias, vendo pavimentação, vendo melhorias no serviço. E eu quero deixar bem claro aqui que precisamos, sim, parabenizar, e também reconhecer e valorizar. Eu quero citar alguns nomes também. Quero citar a IPSul, que hoje faz toda a iluminação pública que a gente vê na cidade, e vê que a cidade está mais iluminada, a gente tem um pouquinho mais de segurança em andar na rua à noite. Quero também falar sobre a parte dos serviços urbanos, a capina, a roçada, que está acontecendo bastante, todos os dias a gente enxerga o pessoal trabalhando, cuidando bastante da nossa cidade, cuidando da capina, das roçadas, deixando o caminhar, para que gosta de andar, para quem gosta de pedalar, acostamentos estão ficando melhores. Também quero falar um pouco aqui dos parques e praças da região do Extremo-Sul, onde a gente vê uma melhoria significativa nos últimos meses. Hoje também a gente pode dizer que está há 122 dias neste novo mandato, neste novo governo, uma nova experiência também para este vereador que vos fala, mas estamos trabalhando forte nessa parte da melhoria do serviço público na região. Quero também agradecer bastante as equipes do DMAE que fazem esse serviço da parte do esgoto cloacal, da parte do pluvial também, da parte da água também, estão atendendo muito bem a região. Falo isso em nome da Zona Sul, que é o lugar mais distante do centro da cidade e está acontecendo com eficiência esse trabalho lá. Eu também queria falar também um pouco, nós temos uns dois problemas que a gente enfrenta agora nos últimos meses aí. E como está chegando o inverno, a gente começa a se preocupar com o assunto. Então a Região Extremo-Sul é uma área muito grande, e a gente, às vezes, tem um problema muito sério de, como não tem pavimentação, é pouca a pavimentação, a maioria são valas, valas abertas, o trabalho está sendo feito, a limpeza das valas, mas o grande problema é o recolhimento do resíduo que fica depositado na beira da estrada. Isso aí prejudica bastante. Eu gostaria de falar um pouco também das podas laterais das vias ali, que acaba tendo pouca manutenção. Eu creio que agora, neste novo governo, com a contratação das empresas para fazer a poda lateral, que a gente consiga ser

contemplando na região do Extremo-Sul. Eu queria fazer apenas um agradecimento à equipe, que eu visitei nesta semana, da SMOV, através do Daniel Costa. A gente teve um carinho muito especial nesta visita que a gente fez à empresa. Ontem fiquei muito contente que o Lami foi contemplando na colocação das novas placas. Agradeço a hospitalidade, o carinho do Daniel. Nessa visita, eu também fiquei conhecendo o Eduardo Morato, um rapaz que tem uma história bonita de vida, quando ele também foi vendedor de pão. Aonde ele passava, ia cedo nas padarias, pegava o pão e entregava na porta das casas. Isso também me deixa muito feliz, quando eu sei que há outras pessoas que inventam também para sobreviver. Eu quero deixar um abraço muito grande a esse menino, hoje ele é um dos sócios da EMOBI, o cara cresceu, e o rapaz está aí. Ele e o irmão dele fizeram esse trabalho. Não quero me estender muito, quero agradecer o espaço, uma boa tarde a todos e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma questão de ordem.

Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Questão de Ordem): Tendo em vista o art. nº 193, do parágrafo único, do nosso Regimento, que fala sobre a Questão de Ordem (Lê.): “Cabe ainda Questão de Ordem para solicitar censura do Presidente a pronunciamento de Vereador, que contenha expressão, frase ou conceito injurioso”, gostaria que a Ver.^a Karen Santos retirasse das notas taquigráficas a injúria que cometeu contra o Ver. Felipe Camozzato. Injúria é uma qualidade de repassar a uma pessoa algo que não é verdadeiro e que diz respeito à honra dessa pessoa. E vimos aqui, claramente, a Ver.^a Karen Santos chamar o Ver. Camozzato de mentiroso e que ele estava com papinho. Isso não é um palavreado digno de uma Câmara de Vereadores. Por esta razão, faço esta questão de ordem, solicitando que a Ver.^a Karen Santos retire essa sua fala nada adequada ao espaço que vivemos, da democracia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Fica então registrada a questão de ordem da Ver.^a Comandante Nádia. O Giovane Byl está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Muito obrigado, Presidente Márcio, mais uma vez, quero saudar as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores, por ter essa oportunidade aqui em ter esse espaço. Eu quero aqui falar também com o público que nos assiste, quero externar algo que, neste momento, indo para este 5º mês de mandato, eu me encontro extremamente satisfeito, alegre, por poder cumprir esse papel tão importante que é o de legislador da nossa cidade. Eu tenho muito orgulho de ter sido agraciado pelo eleitor e poder fazer parte dos 36 vereadores da nossa cidade. A cada Sessão, a cada Comissão, eu venho aprendendo um pouco mais. E para mim, para um jovem que tem a trajetória que eu tenho, é um motivo de muito orgulho. Eu nasci na

Vila Bom Jesus, minha família se mudou para o Mário Quintana, para a Vila Safira, hoje, Mário Quintana, em 1994, eu, jovem que sou, filho da costureira e de um morador de rua. Minha família, infelizmente, perdeu o meu pai para as drogas, ele acabou morrendo na Praça da Alfândega, como morador de rua. Nascido, criado num lar totalmente vulnerável, meu irmão se perdeu muito cedo no mundo das drogas, meu irmão acabou levando uma vida de prisão e prisão. Perdi três primos assassinados que morreram muito cedo. E eu sou um jovem que tive tudo para dar errado na vida. Escola pública, onde estudei, escola que eu amo, que é a Escola Municipal Dep. Victor Issler, o famoso, EMEI, lá no Mário Quintana. Oriundo de escola pública, me criando no bairro Mário Quintana, eu estava vulnerável a tudo, a tudo que prejudica o futuro de um jovem. Eu tive, graças a Deus, algumas oportunidades na vida. Eu tive a oportunidade de conhecer o movimento *hip-hop*, comecei a cantar rap, comecei a me inserir na cultura *hip-hop*, e isso me ajudou, me deu a oportunidade de ver o mundo de outra forma. Num certo período da minha adolescência, eu tive a oportunidade de conhecer um projeto de uma igreja evangélica dentro, do bairro Mário Quintana, onde eu me converti ao Evangelho, eu sou cristão. E lá nesta igreja... (Problemas na conexão.) ...o Orçamento Participativo. E o Orçamento Participativo me deu a oportunidade de me tornar um líder comunitário... (Problemas na conexão.) ...Orçamento Participativo, acabei concorrendo a vereador, em 2016, não me elegi, me tornei suplente de vereador, pela democracia participativa lá na minha região, no Mário Quintana, onde iniciei como delegado do Orçamento Participativo. Logo após, eu tive a oportunidade de me tornar diretor de participação cidadã. Com a graça de Deus, com a confiança das lideranças comunitárias, dos meus amigos, da minha família, hoje eu sou vereador de Porto Alegre. Um jovem que vem da vila, um jovem que tinha tudo para dar errado, hoje eu tenho orgulho de ser um dos 36 vereadores da nossa cidade. Eu carrego comigo algumas lutas, a minha luta, a minha trajetória, em chancela para ter autoridade de ter algumas lutas na área social, na área comunitária. E essas lutas eu venho carregando comigo desde o primeiro dia de mandato. Não teve um dia em que, eu a minha equipe, fomos para casa sem poder dizer: hoje nós usamos o mandato para fazer justiça social de alguma forma para a população de Porto Alegre. E é esse compromisso, eu quero reforçar, você que está nos assistindo, que o nosso mandato tem, de lutar incansavelmente para que a justiça social chegue aos lugares mais extremos da nossa cidade, todos precisam de política, todos precisam da política pública. Nós devemos ter um horário de atenção para aqueles que mais precisam. Nós temos lugares na periferia de Porto Alegre, o Mário Quintana, a Bom Jesus, o Partenon, a Restinga, a Vila Farrapos, nós temos dezenas de comunidades que foram invisíveis, por anos, aos olhos do poder público. E essas comunidades hoje padecem com a falta de saneamento, padecem com a falta de água potável, com a falta de uma energia elétrica digna, com falara de pavimentação, com falta de regularização fundiária. Então nós temos um desafio muito grande, na nossa cidade, de fazer justiça social através de políticas públicas. Eu tenho uma preocupação muito grande com os nossos jovens, porque, eu já falei isso, tive a oportunidade lá no o início do mandato, quando nós apresentamos a emenda para criação da Secretaria de Esporte e Lazer e acrescentar juventude. Para que

a juventude entre na pauta, na agenda no Executivo e aqui no Legislativo, porque nós temos um grande desafio pela frente, que é retomar a rotina dos nossos jovens, que nunca na história ficaram tanto tempo afastado das aulas; nunca ficaram tanto tempo afastados do esporte, do lazer. E nós temos um desafio muito grande, os professores vão ter uma missão muito grande; os educadores sociais vão ter uma missão muito grande, porque os nossos jovens, as nossas crianças, foram feridas nessa pandemia, e os conselheiros tutelares que vêm trabalhando de uma maneira incansável na garantia do direito das nossas crianças e dos nossos adolescentes, que nos narram inúmeras histórias de crianças, que neste período de isolamento social, foram violentadas, abusadas sexualmente, abusadas psicologicamente. A gente olha os dados e se impressiona, porque aumentou o número de violência doméstica, aumentou o número de feminicídio nessa pandemia. E também aumentaram os números de abusos com as nossas crianças e com os nossos adolescentes, e nós temos o desafio de acolher essas crianças, esses adolescentes, que vêm traumatizados pelos traumas desse isolamento da escola, do curso, do esporte, do clube, que antes praticavam. Já tem esse trauma, e mais um trauma daqueles que foram abusados, sexual e psicologicamente, e espiritualmente, nesse período de pandemia. Nós, como Legislativo, e eu como vereador, estou cobrando do nosso Executivo, para que nós tenhamos uma retaguarda para atender essas crianças. E a Saúde tem um papel fundamental, porque nossos jovens, nossas crianças vão precisar de saúde mental. Mas, hoje, para a gente ter uma consulta com psicólogo, na Unidade de Saúde, são cinco meses. Nós precisamos de uma resposta rápida para as nossas crianças, para os nossos jovens, para os nossos adolescentes nesta retomada, quando retomarmos à realidade, porque nós vamos encontrar crianças feridas, adolescentes feridos na mente e na alma. E se o professor que tem sensibilidade; o educador social que tem sensibilidade... (Problemas na conexão.) ...de identificar um jovem com depressão; um jovem com um problema de automutilação; um jovem com aquele pensamento de suicídio. Se antes nós tínhamos dificuldade de identificar isso, muito mais teremos agora com a máscara e com o distanciamento social. Então trago essa Pauta, que é uma Pauta muito importante. Finalizo aqui, Presidente, aos Srs. Vereadores, com esse apelo. Nós, vereadores devemos ir às escolas palestrar, usar as estruturas dos nossos gabinetes para estar acolhendo esses jovens, essas crianças, esses adolescentes, que nunca na história precisaram de tanta atenção, como vão precisar nesse momento. Obrigado, Presidente, boa tarde às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores e a todos que nos assistem, uma boa semana a todos. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0234/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 072/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que inclui o evento Semana Municipal da Internet mais Segura no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 14 de agosto. **Com Emenda nº 01, da Ver^a Cláudia Araújo. (SEI 161.00020/2021-43)**

PROC. Nº 0386/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/21, que institui o Programa de Recuperação Fiscal – Recupera POA. **(SEI 118.00119/2021-99)**

PROC. Nº 0406/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/21, que altera o art. 27, o art. 38, os incs I e II do art. 39 da Lei Complementar nº 628, de 17 de agosto de 2009; e o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 444, de 30 de março de 2000 alterando a administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Municipal do Idoso. **(SEI 118.00121/2021-68)**

PROC. Nº 0192/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 058/21, de autoria do Ver. José Freitas, que reconhece, no Município de Porto Alegre, a prática de atividades físicas e exercícios físicos como essencial em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais e dá outras providências. **(SEI 034.00039/2021-36)**

PROC. Nº 0365/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 139/21, de autoria dos Vers. Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Gilson Padeiro, Mauro Zacher, Kaká D'Ávila, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim, Claudio Janta, Airto Ferronato e Pablo Melo e das Ver^{as} Comandante Nádia, Psicóloga Tanise Sabino, Cláudia Araújo, Mônica Leal, Fernanda Barth e Lourdes Sprenger, que institui auxílio emergencial de prestação continuada às parcerias geridas por organizações da sociedade civil nas Escolas Comunitárias de Educação Infantil, na Educação integral, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, para jovens de 15 a 17 anos – Projovem Adolescente – e para idosos, e no Serviço de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência do Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, do Ver. Mauro Zacher; Emenda nº 02, da Ver^a Fernanda Barth; Emenda nº 03, da Ver^a Cláudia Araújo e Emenda nº 04, do Ver. Hamilton Sossmeier. (SEI 158.00048/2021-94)**

PROC. Nº 2673/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/16, que institui o Código Municipal de Convivência Democrática e revoga as leis que refere. **(SEI 014.00015/2021-05)**

PROC. Nº 0285/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 097/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui a efeméride Dia Municipal em Memória das Vítimas da Covid-19 no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 12 de março. (SEI 208.00091/2021-81)

PROC. Nº 0333/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 122/21, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Dirleia Severo Pereira o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil e Quinze – Loteamento Parque do Salso–, localizado no Bairro Restinga. (SEI 165.00031/2021-20)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0269/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 108/20, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a Campanha Divas da Alegria no Município de Porto Alegre. (SEI 020.00012/2020-76)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente. Vereadoras e vereadores, nós temos hoje, correndo em 1ª sessão de Pauta, um projeto de lei complementar do Executivo, que é extremamente danoso ao erário municipal, aos cofres públicos de Porto Alegre. É interessante, para além de ser muito triste, que aconteça uma coisa assim, que esse projeto, resumido como RecuperaPOA, numa ideia de recuperação fiscal, na verdade não recupera coisa nenhuma – e não é para recuperar mesmo! O prefeito Melo, já um tempo atrás, havia perdoado as multas daqueles empreendimentos que não cumpriram com os horários estabelecidos nas bandeiras que o governo do Estado marcava a cada período – em Porto Alegre já houve isso. Agora o prefeito Melo busca o perdão de dívidas fiscais, e vejam bem, alguém poderia dizer: “Não, o prefeito Melo, está buscando perdoar os pequenos, as microempresas, os individuais, as MEIs, as pequenas empresas, as empresas individuais”. Não! É para todo mundo. Por óbvio que as grandes dívidas são de quem tem mais poder econômico e financeiro, e são gigantescas, e é muita gente devendo, porque, de alguma maneira, tem informação privilegiada de que há o momento de anistia fiscal. Esse projeto é um verdadeiro absurdo, com todo o respeito, é um absurdo, ele é mal elaborado no sentido de que – quanto ao mérito, não é na forma, na forma ele é razoável, como qualquer projeto –, no mérito, ele coloca Porto Alegre a perder recursos que são seus, sem qualquer contrapartida, não existe contrapartida para essa perda de recursos, não existe nenhuma negociação, não existe aumento de empregos, não existe nada. É simplesmente a perda de recursos. Então fica estranho. Claro que há divergências ideológicas na questão de manter determinado setor da economia sob controle estatal ou não, enfim, mas fica estranho quando se argumenta – e o Executivo municipal

argumenta – economia e necessidade de recursos quando se está abrindo mão na outra ponta. Então ele vai tomar com uma mão e joga fora com a outra, porque são grandes devedores, porque são grandes empresários. Se o prefeito apresentasse um projeto com limite de receita anual histórica, nós poderíamos debater com seriedade, é uma questão que pode ser debatida, mas o prefeito não colocou limites nisso. O Executivo municipal coloca, isso sim, ao contrário, no RecuperaPOA, tudo que prejudica Porto Alegre, porque Porto Alegre precisa basicamente do ISS, precisa cobrar, sim, as multas, e precisa do IPTU, basicamente. Quando faz esse tipo de benefício aos grandes, aos gigantes, com certeza o Executivo está prejudicando, e muito, a nossa cidade. Nós não podemos deixar passar este momento sem fazer este registro: o Executivo municipal prejudica Porto Alegre e a sua própria capacidade de investir, ele mesmo! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta, por ocasião da passagem da sua mãe, solicita que a homenagem póstuma prestada pela Casa, no início da sessão, fosse estendida também a ela. Meus sentimentos, vereador Ver. Claudio Janta, vereador que, mesmo em luto, está presente na sessão.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Presidente. Saúdo os colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Quero prosseguir o debate que o nobre colega Ver. Pedro Ruas iniciou sobre o projeto que o governo tenta apresentar, um projeto alternativo para os pequenos, médios e grandes empresários, e que infelizmente perde o foco principal: em tempos de pandemia, em vez de dialogar e buscar uma alternativa para aqueles que quebraram, ou precisam de um refinanciamento, ou até mesmo de uma isenção de impostos, como o próprio governo prometeu com relação ao IPTU, ele coloca todo mundo no mesmo nível, isto é, isentando quem tem milhões de reais, como é o caso do banco Itaú, do Ronaldinho, de uma série de empresas que, na verdade, tiveram uma isenção astronômica, 80% ou 90% de desconto, e que, com certeza, não poderiam ficar no mesmo nível daquele cidadão, do empresário, o pequeno empresário ou o médio empresário, que quebrou, e que está ali sem conseguir pagar o seu IPTU. Aqui fica um recado ao líder e vice-líder do governo: que o governo municipal, em tempo, encaminhe uma mensagem retificativa para retirar esses grandes empresários, senão não há como, esse processo tem que ser judicializado, lamentavelmente não há como concordar com uma ideia tão absurda, é lamentável essa posição na medida em que deixa para nós um possível entendimento de que, ao serem beneficiados dessa forma, esses grandes, o governo tem um certo compromisso com eles. Não dá para aceitar isso! O governo tem que ter coerência em agora trabalhar, em tempos de pandemia, com aqueles que de fato estão em enorme necessidade, não só da isenção e de um desconto significativo dos seus impostos como também na criação de um microcrédito, para eles poderem se

restabelecer, para poderem reiniciar as suas atividades, chamarem os seus trabalhadores, gerarem empregos e renda. Creio que é muito importante dialogar com a Câmara, e não simplesmente apresentar, colocando todos no mesmo bojo.

Por outro lado, quero dialogar com o nobre vereador que apresentou um projeto que trata sobre a educação infantil, o Ver. Byl, que teve uma excelente iniciativa à medida que essas escolas ficaram desabrigadas em tempos de pandemia, Giovane Byl, cujo projeto agora está passando a 1ª sessão de Pauta. Nós percebemos que havia, no fim da semana passada, uma emenda do Ver. Mauro Zacher, e agora foram apresentadas várias emendas. Acho que é importante, Giovane, oportunizar uma reunião com esse segmento que está clamando pela resolução desse tema à medida que as suas necessidades são urgentes, e não só agilizar a questão da Pauta, mas também a reunião conjunta das comissões, porque nós percebemos que esse subsídio... Muitos são subsídios, mas, na verdade, é o que o governo deveria repassar, de fato, e não repassou. Acho que esse projeto vem a bom tempo e é importante que tenha sinalização positiva do governo, caso contrário temos que buscar alternativas, porque já há um bom tempo que essas escolas infantis buscam alternativa para sobreviver, eu diria. Agora, com o retorno das suas atividades, precisam recuperar também o que perderam não só este ano como no ano passado. Portanto tem o nosso apoio, com certeza, da nossa bancada, para o diálogo e a compreensão desse tema. Muito obrigado. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente; boa tarde às colegas e aos colegas vereadores presentes nesta sessão. Nós temos visto uma questão social muito importante, que é o desemprego. Como dar conta de acabar com o desemprego? Se não pode acabar com ele, neste momento, como nós, vereadores, podemos auxiliar no combate ao desemprego? A Prefeitura é uma estrutura que precisa garantir serviços públicos qualificados para a população. Por isso, este projeto, Ver. Oliboni, nos parece muito interessante, porque ele também é um projeto que pensa na preservação de empregos, e isso é crucial no momento em que a ameaça do lucro, acima de tudo, está na ordem do dia. Essa ameaça é potente, porque ela não só acaba com emprego como uma ferramenta de sobrevivência, mas o emprego garante comida na mesa, por isso não é salutar, por exemplo, o que a gente já viu em outros momentos, que é a ideia de acabar com o cargo de cobrador na cidade. Isso se coaduna, por isso eu trago ao debate, porque são funções cruciais para o bom serviço público do transporte. Quero saudar o Ver. Oliboni por essa iniciativa, e mais do que isso, quero dizer da importância das instituições conveniadas para a concepção da política pública. O conveniamento é importante, sem sombra de dúvida. As pessoas que lá trabalham, trabalham muito, só que são remuneradas parcamente, porque o governo quer economizar, os governos neoliberais querem economizar, então eles recorrem ao

convenimento, mas eles não querem pagar o preço que o convenimento propõe, e que o convenimento merece, que é muito mais, o preço que ele merece, o preço dos trabalhadores, o preço de um serviço qualificado. Os governos vão apertando, para pagar baixos salários para os trabalhadores, eles querem que os salários se rebaixem. Não é à toa que esses partidos de direita, lá no Congresso Nacional, estão gritando contra o aumento do salário mínimo. Já estamos há vários anos sem aumento real do salário mínimo, para, lá na ponta, eles pagarem pouco e saírem por aí, nos bairros populares, em tempos de eleição, dizendo: eu defendo você, eu defendo mais educação, eu defendo mais saúde, eu defendo mais assistência. Mas é uma mentira, é uma ilusão, é a famosa demagogia. Por isso, nós temos que apoiar as instituições conveniadas, quando governos não querem valorizá-las, não querem garantir para elas o mínimo, que é não só manter os salários que têm, mas um... (Problemas na conexão.) ...de infraestrutura.

Encaminhando à conclusão, Presidente, nós precisamos apoiar quem apoia o povo; mas nós não temos que exigir trabalho escravo; nós temos é que apoiar que tenham, sim, carreiras. E, no caso das instituições de educação infantil, é preciso valorizar as professoras, os professores, os educadores com o mínimo, que é ajudar a pagar o básico, o piso nacional do Magistério. Eu não quero que, em quatro anos, enquanto vereador da capital, eu tenha que vir sempre à tribuna para defender os trabalhadores porque os governos não querem valorizá-los. Eu espero que, no próximo período, haja realmente a valorização de quem faz a política pública acontecer. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos os membros desta Casa, a todos que nos assistem através da TVCâmara, do YouTube, de todas as plataformas digitais. Eu queria, primeiramente, agradecer por todas as mensagens de carinho e apoio de todos os colegas pelo passamento da minha mãe; agradeço a todas as pessoas que mandaram essa mensagem de carinho a mim, aos meus familiares; quero agradecer a todos.

Lembrar que sábado, agora, foi Dia do Trabalhador; também parabenizar o Presidente e a Mesa Diretora pela iniciativa de colocar o *outdoor* ali enaltecendo a virtude do nosso povo de Porto Alegre, um povo que trabalha, um povo que produz, que gera renda, que gera emprego, que está mexendo com a economia. E dizer que os trabalhadores, os empreendedores, as pessoas que fazem, como se diz, a roda girar não teriam muito o que comemorar nesse 1º de maio, sendo que há um ano, mais ou menos, vivem uma insegurança econômica, uma insegurança sobre a vida das pessoas, uma insegurança de emprego, uma insegurança de empregabilidade. Mas estamos vivos, como se diz; então, aproveitamos a força sindical, as demais centrais, fizemos um 1º de

maio de buscar alimentos, formas de ajudar as famílias dos trabalhadores que estão desempregados. Nós acreditamos que é urgente que o governo retome o auxílio emergencial de R\$ 600,00, é urgente a política que estava adotando de ajudar os pequenos empreendedores, principalmente, os pequenos empresários, os trabalhadores, complementando a folha de pagamento. As empresas, quase todas, ainda passam por dificuldades; os setores ficaram fechados por muito tempo – setores têm tido dificuldades de as pessoas voltarem a frequentar bares, restaurantes. Tem a questão do próprio comércio, de as pessoas voltarem. Então, é imprescindível.

Também fazer um alerta. Nós entramos na bandeira vermelha, estamos na bandeira vermelha, com um pouco mais de flexibilização; mas o que se viu no final de semana foi algo de assustar. Houve atuação da guarda onde foi possível chegar. Eu mesmo botei, nas minhas redes, algumas festas, principalmente o que foi feito em 1º de maio, aqui em Porto Alegre, em que milhares de pessoas, pelas fotos e vídeos, estavam no Parcão. Era um número elevado de pessoas aglomerando, várias sem máscara. Então eu acredito que não adianta também nós querermos que a nossa economia volte a funcionar, nós querermos que o governo só faça as restrições necessárias se as pessoas não respeitam isso, se as pessoas aglomeram fazendo festa, aglomeram fazendo baile *funk*, aglomeram fazendo *rave*, fazendo aniversários – hoje mesmo, saiu no jornal um aniversário que tinha mais de 70 pessoas, que a Guarda intercedeu. Então fica difícil a luta pela vida, fica muito difícil o governante não querer dar notícias, como nós já estamos aí com mais de 400 mil mortos no Brasil. A responsabilidade, então, é geral; eu acredito que nós temos um dever. Eu acredito que esse vírus veio muito para aprendizado, para a gente aprender um pouco, principalmente questões básicas, como estar sempre usando máscara, lavando as mãos, usando álcool, se protegendo; tirou esse afeto que a gente tem de encontrar com um parente, com um amigo, e se abraçar, se cumprimentar. Mas é imprescindível que a gente combata as aglomerações, é imprescindível que a gente combata a ilegalidade para permitir que as pessoas mantenham os seus empregos, para permitir que a gente tenha uma sensação de estar vivo, uma sensação de que a vida segue. Seria esse o recado do nosso partido. Queria novamente agradecer a todos pelas palavras de consolo, os pêsames que foram dados a mim e à minha família. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Presidente Márcio; cumprimento novamente os vereadores. Venho aqui me somar ao Ver. Giovane Byl pela sua explanação a respeito de um projeto importante que assina com vários vereadores, que busca que o governo, que o Executivo possa ajudar, principalmente, as organizações, a sociedade civil e as escolas comunitárias de educação infantil, que, certamente, passam por grandes dificuldades, tendo em vista que, na sua grande

maioria, dependem dos convênios firmados com a Prefeitura de Porto Alegre, e, com a pandemia, as suas atividades, infelizmente, ficaram suspensas. Eu quero discordar, acho que a educação infantil não deveria ter fechado nunca, pela falta que faz. Na minha opinião, é considerado um trabalho essencial. Todas aquelas pessoas que não deixaram de trabalhar, mesmo nos momentos mais difíceis da pandemia, como o pessoal ligado à saúde, às farmácias, aos supermercados, ao transporte público e a tantas outras atividades que permaneceram funcionando em todo período da pandemia, tiveram uma imensa dificuldade de deixar e onde deixar os seus filhos. Tenho certeza que ficaram em locais muito piores em condições sanitárias do que se ficassem nessas escolas. Então, na minha opinião, são trabalhadores essenciais, não deveriam ter sido fechadas, mas foram, então devem estar passando, sim, por grandes dificuldades – inclusive, entramos em contato com algumas dessas entidades. Então sou totalmente favorável, Ver. Giovane Byl e demais vereadores, que a Prefeitura auxilie financeiramente essas entidades para que elas possam se recuperar o mais rápido possível.

Quanto à questão que foi discutida a respeito do transporte público, principalmente da empresa Carris, um dos vereadores, acho que foi o Ver. Jonas Reis, falou a respeito dos cobradores, de manter essa posição. Quero dizer que discordo, vereador. Eu acho que o maior equívoco desta Câmara de Vereadores foi, no ano de 2019, não ter aprovado a lei que deixava de ser obrigatória a utilização no transporte público – em horários noturnos, em domingos e feriados e em dias de passe livre –, que permitia a não utilização do cobrador de ônibus. Tentar manter o emprego das pessoas por uma lei que já é obsoleta, quando nós temos aí o avanço da tecnologia; manter artificialmente esses empregos, que já são obsoletos, é um atraso, um atraso para a sociedade, e custa muito caro. E pior ainda, como foi tomada essa decisão pela Câmara, ali se garantiu o emprego dessas pessoas, essas pessoas teriam o seu emprego garantido; mas, dessa forma, acabaram perdendo o seu emprego, muitas dessas pessoas perderam o seu emprego, foram demitidas; se tivesse sido aprovada a lei, não teriam sido. Portanto, Ver. Giovane Byl, mais uma vez, tem todo o meu apoio no seu projeto. Eu acho que a Câmara tem que se somar para que se acelere esse projeto pela importância que ele tem para as instituições que têm os convênios. Quanto à questão da Carris, dos cobradores, tenho certeza de que essa pauta vai voltar para a Câmara. Quem está pagando por isso são os próprios trabalhadores, que perderam os seus empregos, e a população, que paga uma passagem mais cara. Será um bom debate, com certeza. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Diretor, temos mais alguma inscrição?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos mais nenhuma inscrição.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então, de imediato, façamos a chamada para ingressar na Ordem do Dia, por gentileza.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e seis Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h26min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão, por uma sessão, do PLL nº 090/91; e que a matéria seja a primeira a ser apreciada na Ordem do Dia da Sessão Ordinária prevista para o dia 05 de maio do corrente mês.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação os requerimentos de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADOS.**

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimentos): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PELO nº 002/17, por duas sessões; e que a matéria seja a primeira a ser apreciada na Ordem do Dia da sessão ordinária prevista para o dia 10 de maio do corrente ano.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia solicita dois minutos para ver se pode construir com o governo a proposta do Ver. Oliboni.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Mas temos feito... Todo mundo tem pedido adiamento, agora tem que consultar o governo, Nádia?

Vereadora Comandante Nádia (DEM): É uma pauta do Executivo, é a Lei Orgânica...

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Não é do Executivo. É um projeto meu, de minha autoria....

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Desculpa, me desculpa, então, Oliboni. Eu achei que era o do Executivo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação os requerimentos de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. Os Srs. Vereadores que os aprovam, permaneçam como se encontram (Pausa.) **APROVADOS.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0495/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 023/19, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui inc. V no parágrafo único do art. 51 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, excetuando da proibição à permanência de animais em locais públicos ou privados de uso coletivo os estabelecimentos comerciais privados, tais como shoppings e lojas, que permitam aos clientes a permanência e a condução de seus animais de estimação. **(SEI 004.00027/2020-51)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Adeli Sell;
- com Requerimento de art. 81 da LOM;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- discutiram a matéria a Ver^a Lourdes Sprenger e o Ver. Leonel Radde em 26-04-21;
- incluído na Ordem do Dia em 26-04-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCL nº 023/19. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente, Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores. O projeto da Ver.^a Lourdes Sprenger trata de preencher uma carência que temos na Capital, que é justamente uma legislação mais adequada aos tempos que vivemos em relação aos animais. Na verdade, ao longo dos anos nós tivemos muitos problemas nessa área, e uma parte dos problemas foi pela falta de uma legislação correta; outra parte, infelizmente, é de um fator cultural da sociedade, de desprezo, ou falta de importância à vida e ao bem-estar dos animais. Como a Ver. Lourdes Sprenger que é reconhecidamente uma especialista no tema, ela traz uma legislação que eu me dediquei a ler e gostei também da emenda do Ver. Adeli Sell, eu

gostaria de manifestar a minha opinião, nesta discussão, de que o projeto é válido, é correto, é bem elaborado e pode fazer, como lei, uma diferença enorme para a cidade, colocando-a na vanguarda, ou pelo menos, equiparando-a a municípios pelo Brasil que já tenham uma legislação mais avançada nesse sentido. Era isso, Sr. Presidente e parabéns à Ver.^a Lourdes Sprenger pela iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Roberto Robaina se inscreve para discutir. Liderança agora não é possível, vereador, porque estamos na Ordem do Dia. O senhor tem direito a discutir a matéria. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCL nº 023/19.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu vi que não era possível, por isso pedi a discussão. Primeiro, de fato, a nossa legislação é muito precária, e, sobretudo, a aplicação das leis. Então, nós vamos dar acordo a esse projeto da Ver.^a Lourdes. Eu quero aproveitar e fazer uma consideração geral, eu creio que a Câmara tem que estar prestando atenção nisso, isso é um problema de todos os vereadores. Nós, quando fazemos essa movimentação, damos acordo para projetos que são projetos que buscam aperfeiçoar a legislação, nós estamos fazendo com que a Câmara tenha utilidade para a população, porque é disso que se trata quando se tem algum avanço do ponto de vista legislativo. E quando nós estamos fazendo uma luta política de resistência em relação a uma série de temas também é assim. Quando vereadores, no caso vereadores da oposição, usaram a palavra para defender a Carris, por exemplo, o caráter público da Carris, nós estamos fazendo uma defesa do que nós consideramos de interesse público muito valioso - e estamos convencidos disso -, assim como quando nós fazemos um movimento para defender os trabalhadores da saúde. E eu creio que esse tipo de movimento de resistência... Nós estamos num período de resistência, foi assim na luta contra uma medida do governo em relação à Procempa, tem sido assim em relação ao tema da saúde; nesse caso, alguns vereadores que hoje são base do governo são solidários conosco nessa luta, o caso da Cláudia Araújo. Eu sei que a Cláudia está contrariada, a Cláudia não quer que se mantenha a política que o governo tem hoje, por exemplo, para os trabalhadores que eram do IMESF, são do IMESF, que o IMESF ainda não terminou, não garantimos sequer vale-alimentação, não garantindo o mínimo de atenção, de segurança, não garantindo o mínimo de estabilidade para essas pessoas. Então, eu creio que essas lutas... Nós chamamos os vereadores que não acreditam que a Câmara dos Vereadores tem que ser simplesmente um lugar de aprovação das políticas do governo. A Câmara de Vereadores tem que ser um poder autônomo que busca formular políticas públicas que melhorem a vida das pessoas. Então, quando tem um projeto como o da Lourdes, que é um projeto que contribui, nós somos os primeiros a dar apoio. E creio que esse raciocínio deve servir para todos os vereadores que não queiram simplesmente ser reprodutores dos interesses do governo, porque a gente sabe que a relação de forças é uma hoje e pode ser outra amanhã. Eu

quero chamar atenção. Vejam como há mudanças. Agora mesmo, nós tivemos, no dia de hoje, uma mudança importante na política local. Eu creio que ninguém se referiu a esse fato. Vários líderes políticos de Porto Alegre saíram do PTB e foram para o Podemos, encabeçados pelo secretário atual Cassio Trogildo, ex-vereadores como o Marcantônio, como Rafão - foi um deslocamento. O que esse deslocamento significa? Bem, ele significa a expressão local de um início de crise geral a partir da experiência com a extrema direita e com o governo Bolsonaro, que fez com que um setor de políticos da cidade não acompanhasse mais. Então, por que isso tem importância? Para que a gente tenha um raciocínio, ou vejo que, nós, da Câmara dos Vereadores, estamos fazendo uma legislação com o nível de limitação muito grande, muito grande! Que o debate, ele não está sendo levado com participação popular. Nós fazemos sempre debates virtuais. Então, os vereadores mesmo não estão sentindo a pressão no dia a dia da sociedade. Não sentem a pressão direta dos trabalhadores da saúde, não estão sentindo ainda a pressão direta dos trabalhadores da Carris. No caso do projeto da Lourdes, essa pressão, eu creio, que não existiria, porque é um projeto mais simples. É um projeto que creio que vai ter um apoio mais amplo aqui na Casa, mas eu creio que é preciso cada vereador refletir. Depois de hoje tem o amanhã, e as relações de força podem mudar e é preciso pensar nos projetos para ver que projetos são bons para a cidade e quais projetos não são. No caso, o projeto da Ver.^a Lourdes é um bom projeto e terá a nossa aprovação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 023/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, e saudar os demais vereadores, vereadoras; essa artimanha, essa malandragem do Robaina... É a pauta, Robaina. Fez uma volta, falou até no IMESF, que vocês entraram no Supremo, vocês é que liquidaram com o IMESF. Não bota a responsabilidade para outros. Essa tática aí, o Presidente tem que intervir. Essa malandragem de ele falar no projeto, falando até na Carris, emendou tudo. Fez uma miscelânea, uma politicagem, essa é a realidade. Parabéns, Ver.^a Lourdes, seu projeto é muito bom, dentro da realidade. Tem estabelecimento que tem regras lá, conseqüentemente, a senhora vai, dentro dessa lei, regrar, mas sempre com aquela questão sanitária, aquela questão do estabelecimento obedecendo critérios próprios do estabelecimento, dentro de uma lógica. Eu tenho certeza, essa é a nova realidade. E os supermercados querem mais clientes, querem, vamos dizer numa gíria, uma boa vizinhança. Hoje, quem não tem seu cãozinho, seu gato de estimação, que é uma maravilha. Eu confesso que eu nunca tive, agora eu tenho um aqui que eu fico maravilhado com a paixão, a disciplina. A família se completa. Então, o supermercado faz parte também. Um segmento da família que vai fazer as suas compras para o seu lar, então, hoje a coisa melhorou muito... (Problemas na conexão.) ...meu voto, mas reitero, Presidente, a pauta é o projeto da Ver.^a Lourdes.

Tem muita gente pedindo questão de ordem que não tem nada ver com questão de ordem, é malandragem. Malandragem na política não dá mais! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 023/19.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): O projeto da Ver.^a Lourdes chega em boa hora, é um projeto constitucional, e eu trago aqui um ponto que eu acho de extrema importância. Penso que nós, cada vez mais, temos que nos ater a essa questão de evitar os conflitos. A Ver.^a Lourdes, na sua exposição de motivos, ela bota isso muito bem, para que não haja conflitos entre frequentadores, lojistas ou administradores de *shoppings* ou mesmo que acabem em intermináveis processos judiciais, ela tenta com esse projeto, ela propõe alteração da legislação vigente. E também a emenda do Ver. Adeli Sell, parabéns, vereador, a gente sabe que as pessoas cada vez mais estão tendo os seus animais de estimação que consideram quase membros da família, e elas têm o direito sim de circularem com esses animais nos mais diferentes locais. É muito importante que haja essa permissão, essa informação através de placas para evitar qualquer tipo de confusão. Voto “sim” neste projeto, quero cumprimentar a autora do mesmo.

(Não revisado pela oradora).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCL nº 023/19.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Venho aqui cumprimentar a colega Ver.^a Lourdes pela iniciativa. Eu sou um defensor da causa animal, e nós vivemos um novo tempo histórico. É preciso que se reaprendam os convívios dentro da cidade. E nós precisamos muito, muito que as pessoas possam circular com liberdade em todos os espaços da cidade levando os seus *pets*. São seus companheiros do dia a dia. Nós temos visto surgir um novo modelo de família na sociedade contemporânea e nós temos que respeitar esses novos modelos de famílias. Não é só um modelo, são novos. Tem muita gente que tem preconceito; não só preconceito contra as pessoas com seus animais, mas tem o preconceito contra as próprias pessoas e de várias ordens. Nós temos visto neste País a ascensão inclusive do fascismo, que é o ódio aos outros. Isso tem que ser combatido. Acho que este PL ajuda muito a cidade a avançar no convívio dos tutores com seus animaizinhos, vamos usar essa palavra. *Pet* é uma palavra americanizada, eu gostaria que nós tivéssemos outras. Mas eu quero dizer, vereadora, que sempre que as ideias forem boas para a cidadania, boas para Porto Alegre, terão o meu voto. Essas ideias terão o meu voto. Agora, as ideias ruins, privatistas, vendilhonas, entreguistas, essas ideias mundanas do neoliberalismo, essas não. Essas jamais terão o meu apoio,

porque eu sou um homem de valores não só democráticos, mas valores humanos; valores que eu prezo muito, eu respeito as pessoas. E por respeitar as pessoas, eu votarei a favor deste projeto e sempre, sempre votarei contra os projetos que atacam os empregos, que atacam os trabalhadores, que atacam os serviços públicos. E quero encerrar a minha fala aqui dizendo que até agora o governo prometeu, nada fez pelos animais desta cidade. Eu estou aguardando, eu e muitas protetoras e muitos protetores do nosso coletivo estamos aguardando. Inclusive alguns estão aguardando sentados, e isso é ruim. Nós esperamos uma atitude governamental, o governo precisa produzir políticas públicas para o abandono total dos animais nesta cidade, a violência contra os animais. E isso tem que passar pela Prefeitura. E eu saúdo a vereadora por essa iniciativa. Essa é uma das iniciativas que eu aprovo, mas tem muitas outras que eu estou aguardando, Sebastião Melo, estou aguardando, gabinete específico para isso. Seria bom até se o gabinete viesse até a Câmara para falar dos seus projetos instalados e em andamento. Já passaram quatro meses. Então, só andamento não vai valer neste momento, nós queremos atitude. Contem com apoio do Ver. Jonas Reis sempre em defesa dos nossos amigos companheiros de vida, os animais que fazem para nós muito bem assim como a gente deve fazer para eles, apesar de alguns fazerem mal para as pessoas e para os animais, alguns humanos que não devem ser exemplo para nós. Um abraço e obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para discutir o PLCL nº 023/19.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Olá, boa tarde, Presidente, demais colegas vereadores; eu quero parabenizar a Ver.^a Lourdes por este projeto em tela, sobre o qual nós estamos conversando. Os *pets*, eles são considerados animais de estimação, de companhia, de guarda e até, por alguns, considerados como membro da família. Eu acho importante essa abertura de espaço dos *pets* no comércio, nos *shoppings*, porque isso é valorizar o relacionamento do ser humano com os animais. E, claro, fundamental é que haja também regras claras para todos seguirem.

A propósito, também quero compartilhar com os colegas vereadores que semana passada eu tomei posse como presidente do PTB de Porto Alegre. E apesar dos acúmulos das minhas funções, eu aceitei esse desafio. Temos um longo caminho pela frente, o Ver. Giovane Byl vai ser o líder da bancada do PTB aqui na Câmara de Vereadores e o Ver. Hamilton, vice-líder. Ressalto que os vereadores Byl e Hamilton verdadeiramente representam o nosso partido, o PTB, e o cargo de liderança e vice-liderança significam um alinhamento partidário com a nossa presidência nacional, estadual e municipal do PTB. Ser líder de bancada significa estar em pleno acordo com nosso programa, estatuto, diretrizes partidárias, e o PTB é um partido cristão, conservador, que tem como princípio Deus, a família, a pátria, e é um partido com uma

identidade mais forte, que reconhece a importância do nosso meio de se manter a palavra e de honrar acordos.

Desejo sucesso ao Byl, que, nesse último pleito, foi eleito como o jovem mais votado do PTB no Brasil, com o apoio amplo da nossa juventude partidária. E desejo também sucesso ao Ver. Hamilton, que é um pastor e que tem a sua fala congruente com seus atos, buscando sempre a verdade e a importância da palavra.

Podemos dizer que nós três, vereadores do PTB, teremos um longo caminho pela frente, sempre permeados com muito diálogo e muito respeito.

Mas, voltando ao projeto da Ver.^a Lourdes, eu quero salientar também que, assim como é feito na questão dos hospitais, para um processo de tratamento e recuperação das pessoas internadas, a presença do *pet* em hospitais melhora muito o bom humor, o bem-estar, reduz ansiedade, ajuda a diminuir o tempo de internação dos pacientes, e, em alguns casos, pode até promover a cura de doenças. Então, eu vejo, sim, que nós podemos dividir os espaços públicos com os animais. Mais uma vez, Ver.^a Lourdes, parabéns pelo seu projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 023/19

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver.^a Lourdes, eu e o Buddy queremos lhe parabenizar por esse seu projeto. A gente sabe o quanto significa para as pessoas o seu bichinho de estimação e o quanto é importante a gente poder levar eles juntos. Então, eu vim aqui para lhe parabenizar e dizer que o Buddy está lhe agradecendo, pois agora o nosso companheiro vai poder passear juntamente com a família. Valeu, conte comigo, Ver.^a Lourdes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 023/19.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Eu fico muito feliz de falar depois do nosso querido amigo, Ver. Mauro Pinheiro, porque eu também tenho um Shih Tzu igual, que é o Floquinho.

Quero parabenizar, Lourdes, esse teu projeto, que está dentro da tua luta pelos animais, voltado ao *pet*, para aqueles pequenos de quatro patas, que tanto fazem falta na família quando se vão e que são tão importantes no dia a dia das pessoas.

Lembro que, agora na pandemia, muitas pessoas solitárias resolveram fazer a adoção de um animalzinho e isso foi algo que reviveu a vida das pessoas, que deu um ânimo novo nessa pandemia, em que todos estão isolados. Pessoas que não têm suas

famílias, não têm amigos próximos, o *pet*, um cachorrinho, um gatinho, algum bichinho que faça a diferença, tem sido um diferencial na vida das pessoas.

Ver.^a Lourdes, nossa grande amiga, a gente sabe que essa causa está além da política. Independentemente de ser vereadora ou não, a Ver.^a Lourdes tem sempre os animais como a sua prioridade. Sabemos que na sua casa ela tem animais e está sempre em busca da proteção, da garantia dos direitos deles.

Eu tenho muita alegria, Ver.^a Lourdes, de dizer “sim” ao seu projeto e quero te parabenizar. É disto que nós precisamos: de vereadores que façam leis que sejam exíguas, que se voltem para alguma coisa positiva para a cidade, e eu tenho certeza que Porto Alegre só cresce com esse teu projeto de lei, que em breve será sancionado pelo prefeito. Parabéns, conte comigo.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 01 ao PLCL nº 023/19.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 01 ao PLCL nº 023/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLCL nº 023/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2753/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 045/17, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei Complementar nº 380, de 1º de julho de 1996 – que dispõe sobre construção de salas para cinema e teatro em centros comerciais do Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00124/2021-00)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Paulinho Motorista: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela rejeição do Projeto (empatado);
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 26-04-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCL nº 045/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Colegas, apenas dar uma explicação desse projeto. Ele é da legislatura passada, veio da Frente Parlamentar de Revisão Legislativa, tem a coautoria de diversos vereadores, muitos dos quais não estão mais trabalhando conosco nesta legislatura, como os Vereadores Valter, Wambert, Nedel, ou seja, diversos coautores que participaram das duas frentes parlamentares, a Frente Parlamentar de Desburocratização e Empreendedorismo e a Frente Parlamentar de Revisão Legislativa, e a gente verificou neste projeto que essa legislação está vigendo e obriga que estabelecimentos comerciais acima de 20 mil metros quadrados a construir um teatro e um cinema, pelo menos. E essa obrigação criou um problema, inclusive, para a etapa de projetos. A fiscalização, pelos relatos aqui, sequer está sendo cobrada, e ela causa uma insegurança jurídica neste âmbito. Os empreendimentos que têm essa metragem já têm salas de cinema e estruturas nesse sentido e essa revogação busca justamente oferecer segurança jurídica para os empreendimentos nesse setor e para todos os projetos que estão tramitando também, assim como para a Prefeitura, que faz as suas avaliações e fiscalizações nessa área. Então, por isso foi protocolado em conjunto com diversos vereadores por identificar que era uma norma que criava um entrave, uma burocracia e não atingia o interesse público, bem como interesses de nenhum dos lados, nem da prefeitura, dos empreendedores, e da cidade, que acabava sendo só um entrave para a nossa cidade. Por isso a gente protocolou a revogação e agora eu recoloquei na pauta porque não tinha colocado em votação na legislatura passada, e agradeço todos os colegas que votarem pela aprovação dessa matéria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 045/17, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadores, vereadoras, a minha fala aqui tem que ser precedida da colocação, pelo qual tenho o maior respeito, por óbvio, pelo presidente da CCJ, pelo ilustre vereador Felipe Camozzato. Mas divirjo de Sua Excelência. Bastante. A Lei Complementar nº 380 é um avanço na cidade, e V. Exa. quer revogar uma lei que é um avanço. Por que ela é um avanço? Porque ela coloca justamente -ela até é insipiente

nisso, porque poderia ir mais além em algumas coisas - pela primeira vez um retorno social na área da cultura, na grande circulação imobiliária que existe em todo Brasil. E não foi Porto Alegre que inventou. Essa lei já existia no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Recife, em São Luiz do Maranhão, em Fortaleza, terra da criação... (Problemas na conexão.) ...Então, o que é essa lei complementar? Ela estabelece a necessidade de haver cinema e teatro em centros comerciais, shoppings centers, enfim, e isso tem feito enorme diferença na vida das pessoas de Porto Alegre. Primeiro, trouxe de fato maior cultura e acesso à cultura para as pessoas, porque há mais salas à disposição em locais diferentes. Segundo, em tempos de insegurança, é óbvio que é melhor ir a um shopping, um centro comercial, para ver um filme, uma peça de teatro, do que na rua. Eu tenho 65 anos, nasci e me criei em Porto Alegre, então, na minha infância e adolescência, como nada disso existia, existiam os cinemas de rua. Mas era um outro tempo, Ver. Camozzato. Nós não tínhamos tantos assaltos, nós não tínhamos tantas situações terríveis de agressões, enfim, e mesmo o clima de ódio que hoje, de forma contemporânea, vive o nosso País. Mas é claro que foi um avanço a Lei nº 380. Ela colocou uma obrigação para a especulação imobiliária de também dar um retorno na área cultural. E isso fez, repito, repito, grande diferença positiva na cidade. Nas outras cidades, isso se mantém e agora já há outras obrigações também que os empreendimentos imobiliários têm que arcar, corretamente, que é a questão do entorno do estabelecimento, que é a questão do impacto ambiental, existe um EIA-RIMA, para poder aprovar um projeto assim. Antigamente, não havia isso, não havia análise de impacto ambiental, não havia uma compensação em termos de rodovias, de ruas, em termos de mobilidade urbana, não havia essa obrigação legal. Já há, já existe para tudo. Isso aqui é pioneiro com relação ao resto em Porto Alegre. Porto Alegre não é a cidade pioneira nisso, mas, em Porto Alegre, isso é pioneiro quanto a outras contrapartidas de empreendimentos imobiliários. Se um *shopping center* não for obrigado, pelo menos, a construir uma sala de cinema e uma sala de teatro, com certeza, sua única utilidade é o lucro empresarial da área especulação imobiliária, com certeza. E aquilo que ele vai depois ganhar alugando salas, ou vendendo. Esse tipo de contrapartida é mínimo, repito, e concluo por aqui, Sr. Presidente. Nós precisamos manter a Lei Complementar nº 380, ela é importante, é significativa, ela fez diferença em Porto Alegre, e a sua revogação é um atraso, repito, até para a segurança em Porto Alegre. Consultem as pessoas que vão a teatros e cinemas de automóvel, se vão parar o automóvel na rua para ir a teatro e a cinema. Não vão, com certeza, não vão. Isso vai liquidar ainda mais esse setor, que, depois da pandemia, tem uma chance de crescimento. É óbvio que a nossa discussão é no sentido de que esse projeto não seja aprovado, porque representa um retrocesso, respeitosamente, eu digo, mas um retrocesso em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 045/17.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde, colegas vereadoras, vereadores, boa tarde a quem nos acompanha; primeiro, eu quero manifestar que a LC nº 380, de incentivo e proteção à cultura da nossa cidade, é uma lei que precisa ser implementada. Acho que revogá-la é um retrocesso, porque eu entendo que a cultura deve estar presente em todas as regiões da cidade, em todos os setores, especialmente nas periferias, para onde esses grandes centros comerciais começam a se expandir. Ter salas de cinema, salas de teatro, eu acho que poderia até ter mais, ter bibliotecas, ter outros elementos da cultura que ajudem a cultura da cidade, ajudem a desenvolver o conhecimento, a integração, as diversas identidades a conhecerem a nossa cidade. Revogar eu acho que é um retrocesso, até porque o que a gente vê, as salas de cinema, de teatro nos centros comerciais, nos *shopping centers* são sempre um negócio, e um negócio rentável. Eu não entendo por que essa proposição do vereador de tirar essa obrigatoriedade. Eu entendo que a iniciativa privada, que tem requerido tantos bens públicos para administrar, ela pode investir. Ela tem um compromisso social com a cultura, tem que investir sim. Por que é que tem que revogar? Daqui a pouquinho, nós vamos estar discutindo aqui a privatização dos teatros municipais! Eu acho que isso tem que ser incentivado, tem que ser cobrado do setor privado também um investimento em cultura, porque cultura é educação. Por isso eu reconheço que a lei complementar permanece relevante, profundamente relevante para a cidade, é um incentivo, ainda mais neste momento em que o setor artístico-cultural está tão penalizado e deverá, no pós-pandemia, levar muito tempo para se recuperar. Eu desejo que os espaços comerciais também cumpram funções sociais para além da compra e venda de mercadorias. A cultura também é um bem, é um bem cultural, é um bem social e pode ser também um bem econômico. Hoje se trabalha muito com a cadeia produtiva da cultura. Nós sabemos que a cultura também gera lucro. Então, eu não entendo por que tirar essa obrigatoriedade da lei, porque a iniciativa privada tem que cumprir com as suas funções sociais, e a cultura é uma questão social. Imaginem um *shopping center*, templo de comércio e não ter um espaço de cultura. Cinema e teatro, e acho que até a lei poderia ampliar para vários outros setores que são importantes e fundamentais. Eu sou radicalmente contra a alteração da lei, já adianto aqui que eu voto contra.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete usou três minutos, diretor. Na verdade, o Ver. Leonel Radde tinha se inscrito antes. Teria como compartilhar o tempo de encaminhamento para o PT, ou não é possível? Acabei me atrapalhando aqui, Ver. Leonel.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Lamentavelmente, não é possível, mesmo que não tenha sido usado o tempo todo. É uma vaga só.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Peço desculpas. No trabalho remoto, às vezes, acontece esse tipo de coisa, mas eu tenho certeza de que, a partir da semana que vem, nós já vamos poder retornar ao sistema híbrido, aí não vão mais acontecer essas falhas.

O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 045/17.

Vereador Matheus Gomes (PSOL): Por gentileza, Presidente, se o senhor puder passar na frente, porque, devido a essa situação que a gente verificou agora, só quero verificar certinho, com a bancada do partido, o encaminhamento. Também tive a mesma percepção do Ruas.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 045/17.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Presidente. Quero dizer, Ver. Felipe, que a revogação desta lei, que é uma lei antiga, de 1996, é muito importante, e vou não só votar favorável como defender a sua iniciativa e dos demais vereadores que estão nos proporcionando esse grande avanço para a cidade, inclusive, o nosso grande vereador e amigo Adeli Sell, do Partido dos Trabalhadores, que foi um dos que assinaram esse projeto de revogação. Por que temos que revogar, Ver. Felipe? Porque é claro que é mais uma atitude de intervenção estatal na economia da cidade, quando quer se obrigar uma construção a ter um elemento de comércio, porque não deixa de ser um comércio ter teatro, cinema ou salas dentro de uma construção, e ainda com os tamanhos e as medidas. Quer dizer, é uma intervenção do estado na economia do município, que vai, com certeza, aumentar o custo da construção, porque tu tens que fazer uma outra construção. Isso diminui o tamanho das salas de comércio dentro do empreendimento e, com isso, eleva o valor, como sempre. Toda vez que se faz algo que é obrigatório e que se tem que construir alguma coisa, tem um custo, e esse custo vai para o restante da obra, para o restante das empresas que vão trabalhar lá. E não se sabe nem se o mercado necessita de mais espaço, ou não, dessas salas. Nós também temos que olhar pelo lado comercial, é uma empresa. É uma intervenção forte do estado. Não fico nem um pouco abismado quando vejo o Ver. Pedro Ruas e alguns vereadores querendo interferir na decisão da construção de um empreendimento na cidade, obrigando a construir uma atividade que a gente não sabe se tem necessidade ou não. Portanto, o senhor está de parabéns, é uma lei que está atrapalhando o desenvolvimento econômico da cidade, é uma lei antiga, de 1996. Talvez, na época, até poderia ser um pouco mais... (Problemas na conexão.) ...não que fosse necessário, porque, quando o mercado necessita de uma construção, o mercado vai prover. Se tem procura, a oferta vai acontecer; se não tem procura, não tem por que construir. Vai construir a sala, ela não vai ser ocupada, não vai ter espaço, e, como nada é de graça, os outros vão pagar por esse custo, assim como tudo na vida.

Ver. Felipe, o senhor está de parabéns. Tenho certeza de que a ampla maioria dos vereadores vai votar com o senhor. Somente aqueles que querem que o estado domine tudo, que comande tudo, que faça as intervenções como a gente sempre vê na economia, que querem ditar regras vão votar contra. Mas a grande maioria dos vereadores aqui querem que a cidade avance, então, vão votar favorável, porque a retirada dessa legislação é uma excelente iniciativa de V. Excelência. Pode contar conosco, Ver. Felipe, tenho certeza de que a cidade de Porto Alegre vai sair ganhando com o seu trabalho dedicado para ver leis obsoletas como esta, e a cidade vai ganhar, porque vamos ter mais espaço, mais geração de emprego e renda. Quem ganha é a cidade e o cidadão, que está tão necessitado de emprego. Vamos construir, vamos dar condições e não vamos atrapalhar. O estado não pode continuar atrapalhado o desenvolvimento da cidade. Parabéns, Ver. Felipe, conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Jonas Reis, uma questão de ordem?

Vereador Jonas Reis (PT): Sim, Presidente, a minha questão de ordem é que nós estávamos na discussão do projeto, e aí se misturou a discussão com o encaminhamento. O Camozzato se inscreveu para encaminhar, mas a gente estava se inscrevendo em discussão. Agora me pareceu que a gente não tem direito a discutir o projeto. O Camozzato não quer que a gente discuta, quer passar o rodo e acabar com um mercado que é a economia criativa? O senhor é inimigo da economia criativa? Essa é a minha pergunta. É por isso que o senhor não quer que a gente discuta? Essa é a minha questão de ordem. Os vereadores estão nesta Casa, eleitos pelo povo, para discutir todos e quaisquer projetos. A nossa palavra não pode ser cerceada. Eu gostaria que fosse restabelecida a minha inscrição para discussão, que fosse considerada, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu peço que o diretor legislativo esclareça o que aconteceu, para que não reste dúvida.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, quando foi lida a ementa do projeto, o Sr. Presidente colocou em discussão. Na oportunidade, não havia chegado nenhum registro, aí o Presidente encerrou a discussão e iniciou os encaminhamentos com o Ver. Camozzato. Depois de iniciados os encaminhamentos, não há como retroceder para a fase anterior.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Na realidade, foram abertas as inscrições para discussão e ninguém se inscreveu para discutir.

O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 045/17.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Quero cumprimentar a todas e todos presentes nesta sessão, aos que nos assistem também, e dizer, com todo respeito ao Ver. Felipe Camozzato e aos demais que assinam este projeto, que ele revoga uma lei que é benéfica à população do Porto Alegre, por isso, nós, do PSOL, vamos votar contra este projeto. Traz uma contrapartida necessária, a Lei Complementar nº 380, para ampliação dos aparelhos de cultura na cidade, mesmo que em ambientes privados; amplia o acesso da população aos cinemas e teatros, e nós precisamos, nesse momento, fomentar a cultura em Porto Alegre, em todo o País, é o que tem ocorrido, inclusive, com o advento da Lei Aldir Blanc, no último período, dando uma sobrevida à cultura a nível nacional. Na legislatura passada, já seria um equívoco aprovar esta lei, e neste momento, em meio à pandemia, eu acho que o erro da nossa Câmara, em aprovar este projeto, é maior ainda. Nós temos que olhar para ele do ponto de vista social. A realidade do nosso País indica, de acordo com pesquisas elaboradas em meio ao último censo, é que mais de 50% da população de brasileira nunca tinha ido a uma sala de cinema ou de teatro. Nós não temos dados tão precisos sobre a realidade em Porto Alegre, mas a gente deveria se perguntar quantos moradores das periferias da nossa cidade já foram a uma sala de teatro, por exemplo – o elemento dos cinemas é um pouco mais popularizado, mas especificamente sobre o teatro. Essa é uma questão que a gente deveria se perguntar. Em 2018, chamou atenção em toda a cidade de Porto Alegre, saiu em todos os jornais, foi objeto de mobilização e debate público, repercussão até nacional, inclusive, a iniciativa de uma liderança comunitária do Condomínio Princesa Isabel, que arrecadou fundos na cidade para levar mais de 200 crianças ao cinema para assistir ao Pantera Negra, um filme reconhecido mundialmente, pela representatividade negra, como um dos principais personagens da Marvel nos últimos anos, e essas crianças nunca tinham ido a uma sala de cinema. Então, é desde esse ponto de vistas que nós devemos pensar a Lei Complementar nº 380, porque ela traz uma contrapartida social para um problema que é real na cidade de Porto Alegre, com a população que mora na periferia, população trabalhadora. E é importante nós olharmos também o impacto econômico que isso pode ter, como já bem mencionou o Ver. Pedro Ruas. Os cinemas, mesmo com o advento do serviço de *streaming*, eles vêm se mantendo, inclusive crescendo. No ano de 2019, cresceu o acesso da população brasileira aos cinemas, procurando esse meio de lazer, de entretenimento – foi um crescimento modesto, mas muito importante. É obvio que agora, em meio à pandemia, o impacto foi extremamente negativo, então, como fica esse segmento no próximo período, se a gente dá uma sinalização agora que vai contra à ampliação desse serviço de cultura na cidade de Porto Alegre? Essa é uma questão que a gente precisa se perguntar. E tem um impacto também para a própria indústria audiovisual, que, infelizmente, desde que assumiu o governo Bolsonaro, vem sofrendo no nosso País, diminuiu a produção de filmes nacionais, o investimento, desde a Ancine, também caiu vertiginosamente. É uma lástima que a gente esteja diante dessa situação. Porto Alegre precisa dar uma mensagem no sentido inverso, de manter uma lei que proporciona essa contrapartida em estabelecimentos privados, que têm uma natureza comercial, como bem falou aqui a Ver.^a Reginete e o Ver. Pedro Ruas, que

estão diretamente vinculados com os segmentos da especulação imobiliária, que têm uma alta lucratividade na nossa cidade, precisam, também, dar uma contrapartida social. Nós não estamos num momento que nos autoriza a barrar leis, legislações que estão hoje ainda a serviço de uma ampliação dos aparelhos de cultura da nossa cidade, e é por isso que nós vamos votar contra este projeto que foi apresentado pelo Ver. Felipe Camozzato e outros vereadores da Câmara, porque nós não podemos fazer com que esse segmento, que ainda está tão inacessível à nossa população, seja tão desestimulado nesse momento.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, apenas para deixar registrado... (Problemas na conexão.) ...precisa se atentar aos trâmites regimentais e não tentar pedir ao Presidente, pior, exigir do Presidente que manobre o Regimento a seu favor. É uma vergonha isso. Aliás, eu nunca vi um vereador fazer questão de demonstrar tamanha incompetência e desconhecimento ao solicitar questão de ordem para exigir do presidente que ele... (Problemas na conexão.) ...e deu aval ao nosso projeto e foi coautor, porque entendia que este projeto era bom para a cidade e não tem todo esse perigo que estão alegando, porque não estão bem informados... (Problemas na conexão.) Agradeço, Presidente e reforço a posição... (Problemas na conexão.) ...conforme a lei prevê.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Camozzato, o seu áudio estava meio trancado, mas acho que deu para entender a sua manifestação. O diretor legislativo, de maneira isenta, já esclareceu essa situação.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, eu sei que há um *delay*, V. Exa. falou agora há pouco, e eu sou daqueles que publicamente elogia a condução das sessões, de sua parte, como também o trabalho extraordinário da diretoria legislativa. Acho que é consenso na Casa. Mas eu tenho certeza, pode verificar no *chat*, que há uma inscrição minha para discussão. Para discussão! A minha inscrição foi para discussão, não foi para encaminhamento. E só esse registro, que está no *chat* para discussão, o diretor pode verificar isso.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu vou pedir então que a diretoria legislativa apure essa situação.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 045/17.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente Bins Ely. Eu nunca imaginei que eu fosse falar isso, mas que falta faz o Ver. Adeli Sell na bancada do Partido dos Trabalhadores. Que falta que faz o Ver. Adeli Sell na bancada do Partido dos Trabalhadores, porque ao menos o Ver. Adeli Sell reconhecia

uma questão aqui que eu acho que todos nós devemos levar em consideração: o que faz um bom parlamento? Qual é a mensuração, qual é o indicador que diz se um parlamento ou um parlamentar, tem, de fato, eficiência e eficácia à vida da cidade, a capacidade de resolução, de transformar a vida das pessoas? Certamente, meus colegas, não é o número de leis, e também não é todo tipo de lei, basta vocês verificarem, não apenas na nossa Câmara, mas em todas as câmaras municipais do País, nas assembleias legislativas, no próprio Congresso Nacional, o número de leis que nós temos, que são apenas para inglês ver, ou leis apenas para jogar para uma determinada torcida, sem qualquer resolutividade na vida do cidadão, ela é gigantesca. Eu acredito, inclusive, que nós deveríamos investir mais tempo em evitar que coisas absurdas passem pela nossa Câmara do que efetivamente propor todo tipo de alegoria. E aqui o Ver. Adeli Sell, junto ao Ver. Felipe Camozzato e muitos outros vereadores, quiseram, na verdade, uma série de projetos... Foi um estudo minucioso, eu não estava aqui na Câmara de Vereadores, estava na secretaria, se estivesse aqui, gostaria muito de ter participado desse estudo, porque ele busca uma série de leis que não têm mais nenhuma eficácia, são inócuas, não têm aplicabilidade nos dias de hoje, ou são mal utilizadas. Nesta aqui proposta hoje, é apenas mais uma dentre tantas outras que foram levantadas através desse estudo que, repito, fez parte o Ver. Adeli Sell, do Partido dos Trabalhadores. Esta lei aqui, que está sendo tão defendida pelo próprio PT e pelo PSOL, desconsidera, inclusive, os próprios mecanismos que a nossa cidade já tem para designar contrapartidas de empreendimentos. Nós estaríamos aqui defendendo mais uma obrigatoriedade no momento de instalação de um grande empreendimento, de algo que nós não sabemos se efetivamente vai trazer resultado, ou se tem mercado para que se possa ter o público frequentando, sejam salas de cinema, sejam salas de teatro, inclusive, a nossa capital já é reconhecida pela sua grande oferta nesse tipo de entretenimento ou de estabelecimento cultural, daí a análise fica a critério de vocês, mas nós já temos outros mecanismos. Digamos que com essa obrigatoriedade da implementação de uma sala de cinema o custo fique tão inviável, que uma contrapartida, por exemplo, de um empreendimento que poderia ser feita na revitalização de uma praça, na qualificação de uma unidade de saúde ou de uma creche, acabe não sendo aplicado. O PT e o PSOL dizem defender muito os trabalhadores, e quantos empregos poderão ser colocados de fora, caso empreendimentos desses não se instalem na nossa cidade devido justamente a esse tipo de cláusula ou de legislação absurda que acaba amarrando ainda mais as possibilidades do empreendedor, e que ele aqui vê como uma cidade inimiga daquele que quer empreender, gerar emprego e renda. E também, na nossa própria realidade atual, nós temos aqui uma série de novas tecnologias; as salas de cinemas, muitas, nos *shoppings*, já estão sendo remodeladas, estão sendo fechadas, se isso é bom ou ruim, aí sim caberia uma discussão nossa aqui, mas ela é um fato, isso é um fato, que as salas de cinema cada vez mais estão sendo fechadas nos grandes estabelecimentos, sendo substituídas por outros tipos de lojas, de comércio, ou de entretenimento, porque hoje, na palma da mão, há muito mais oportunidades de busca, de cultura, de filmes, seja na parte de entretenimento, ou até mesmo educacional, chegando até mesmo às comunidades mais carentes da nossa

cidade. As salas que estão se mantendo, que estão persistindo, continuarão lá, mantendo Porto Alegre ainda no alto do *ranking* do número de salas de cinema por habitante. Então, terá o meu voto favorável aqui o projeto, Camozzato, e espero que outras leis que foram levantadas por esse grupo de vereadores, por esse estudo, também venham a plenário para nós aqui fazermos uma ação que é de deslegislar, e que também assim estamos atuando como parlamentares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 045/17.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Casa, eu queria dizer que o comércio, num todo, seja lojista, atacadista, no entretenimento, ele vive de demanda, não é uma lei que vai dizer que tem ou que não tem. Hoje nós não temos cinemas e nenhuma rua de Porto Alegre, porque a demanda viu que não existia necessidade. Nós temos empreendimentos que têm parques agregados, nós temos empreendimentos que têm áreas infantis agregadas, nós temos empreendimentos que têm teatros, casas de espetáculos; agora, engessar algo que a pessoa montou e criou para trabalhar conforme a demanda é como dizer que todas as ruas de Porto Alegre têm que ter um cinema, têm que ter um determinado tipo de estabelecimento, então não condiz com isso. Acho que essa lei é atrasada, ela realmente tem que ser revogada, porque o que determina é o mercado e o consumo. Então nós não podemos ter a obrigação de a pessoa criar um empreendimento e dentro dele ter obrigação, por exemplo, de ter salão de beleza, ter *spa*, áreas que não condizem com a necessidade. Então nós encaminhamos e votamos para aprovar o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 045/17.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Eu só lastimo uma coisa nesse projeto do Ver. Felipe Camozzato e demais colegas, que eu não tenho podido assinar junto, porque é projeto de revogação de uma lei tipicamente burocrática, tecnocrática e socialista. A coisa que eles mais gostam de dizer é o que os outros devem fazer com seu dinheiro e com seu investimento.

O que adianta ser capital nacional da quantidade de salas de cinema por habitante, se não se tem público para essa sala de cinema ou para teatros, então isso tem que ser uma coisa ligada à demanda. O Ver. Janta tem absoluta razão, quando ele coloca isso, assim como Ver. Ramiro tem absoluta razão em dizer que a contrapartida pode ser outra, mais útil para a sociedade.

Nós já temos muitas salas de cinema já na nossa cidade, Porto Alegre continua sendo uma capital cultural, e se hoje a gente anda pelas ruas de Porto Alegre e vê essa proliferação de cartazes de “vende-se” e “aluga-se” espalhados por todos os lados é absurdo que se queira impor a quem tem ainda coragem de fazer um investimento, abrir um estabelecimento, um centro comercial a obrigação de, naquela metragem definida, para no mínimo 150 pessoas, abrir uma sala de cinema ou teatro. Isso é delírio, isso não condiz com a realidade econômica que nós vivemos.

Temos que deixar as pessoas livres para que elas possam investir e atrair investimentos para gerar empregos, gerar renda para quem mais precisa, e a gente não vai fazer isso enquanto tivermos leis em Porto Alegre que nos diferenciem de todas as outras cidades do Brasil. Se tu tens dinheiro para botar num investimento, tu vais para onde a legislação é melhor, não vai jamais ir para um lugar onde tu já saís com a contrapartida com uma absurda imposição legislativa dessas. Essa lei vai e já vai tarde, e com certeza vou votar favorável à sua revogação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 045/17.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente; não vou usar todo este tempo, mas eu gostaria de dizer que, como que como coautora desse projeto de lei, eu fico muito feliz de dizer que nós autores entendemos que não faz sentido, de forma alguma, essa determinação que hoje está posta nessa lei. Não é tarefa do Município impor a construção de espaços culturais na iniciativa privada, sendo inclusive, de certa forma, inconstitucional. Este é o momento em que nós precisamos gerar empregos, renda, e colocar teatros e cinemas em centros comerciais como um requisito do seu funcionamento é algo absurdo. Nós estamos, desde a legislatura passada, tentando revogar leis inócuas, leis que só impedem empresários de abrir novos empreendimentos e não fazem com que o trabalhador possa estar mais presente. Então vamos votar “sim”, vamos botar Porto Alegre no auge dos trabalhos, dos empreendimentos. Estivemos, na semana passada, com o governo municipal aprovando a liberdade econômica, fazendo com que sejam desburocratizados cada vez mais os empreendimentos em Porto Alegre. Hoje é uma forma também de a gente votar “sim” a esse projeto e dizer “sim” à liberdade econômica. Voto “sim”, estamos juntos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, registro que eu me inscrevi no *chat* para a discussão, mesmo que não tenha que tenha sido reaberta a discussão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, o senhor se inscreveu para discussão depois que o Ver. Felipe Camozzato já tinha falado em encaminhamento. Tinha encerrado a discussão, foi aberto o encaminhamento, e o senhor se inscreveu depois.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu só quero saber se consta minha inscrição para a discussão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim, consta. Tecnicamente está esclarecido.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCL nº 045/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCL nº 045/17.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Votei “não”. Já que não tive também a possibilidade de falar, porque era caminhamento por bancada, falo agora. Com certeza, nobre colega Ver. Camozzato, encontrar uma alternativa de contrapartida era obrigação da tua comissão, da tua frente que lidera esse processo de rever determinadas leis que, em tese, estariam caducas, e essa não está, meu amigo. Qual é a contrapartida que teremos agora? Acho que, da mesma forma que está propondo a retirada do espaço cultural da cidade, dos *shopping centers*, das áreas comerciais, temos que buscar alternativas na medida em que não caiam no esquecimento. Por isso meu voto “não”.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Votei “sim”, porque o empresário que vai fazer o investimento, se ele vai fazer contrapartida, ele que escolha, o investimento é dele.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu queria perguntar para oposição se sabe quantos cinemas fecharam em Porto Alegre por falta de público. Quantos? Não é lei que obriga as pessoas a irem ao cinema. Eu votei “sim”.

Vereador Jonas Reis (PT): Eu queria dizer que é lamentável não poder nem discutir uma matéria, e o Ver. Camozzato ainda tentar enrolar a população. Ele é inimigo da economia criativa, quer acabar com empregos do teatro, do cinema. Isso é um absurdo, o que querem passar hoje, mas os trabalhadores da cultura estão atentos à votação e saberão dar a resposta publicamente. Eu votei “não”.

Vereador Leonel Radde (PT): Eu votei “não” e quero justificar meu voto. Exatamente nesse caso, minha família tinha um teatro dentro de um *shopping center*. Eu

sei exatamente o que passam os artistas de Porto Alegre e a relevância que é ter os espaços garantidos a partir da iniciativa privada inclusive.

Então, é engraçado, a gente entrega tudo para iniciativa privada e depois deixa que ela simplesmente só reproduza o capital e não dá nenhuma alternativa de acesso à cultura para as pessoas que mais precisam nesta cidade. É muito triste um projeto de lei como esse ser aprovado nesta Casa, por isso votei “não”.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Votei “sim”, porque nós não vamos acabar com o cinema; nós queremos acabar com a obrigatoriedade.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Não é uma questão de burocracia, como está sendo dito. Vocês têm noção do impacto que causa na rede de saneamento, na rede de água por um empreendimento desses? Tem noção do impacto ambiental que causa? Tem noção do impacto na mobilidade urbana?

A contrapartida social é necessária, e não virá deste governo a obrigação para os grandes empresários darem essa contrapartida. Nós estamos tirando a única lei, a única lei – nós não, quem está votando a favor aqui – que garantia essa contrapartida. Por isso votei “não”.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Em homenagem ao Ver. Adeli Sell, do Partido dos Trabalhadores, ao Ver. Felipe Camozzato e aos demais membros da comissão que analisaram tecnicamente estas propostas de revogação de normas, meu voto foi “sim”.

Vereadora Reginete Bispo (PT): Votei “não” por entender que o capital e o comércio têm que ter compromisso social para além da compra e venda de mercadorias.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0243/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 078/21, de autoria do Ver. José Freitas, que estabelece multa a quem infringir ou afrontar a ordem prioritária estabelecida pelo Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19 de Porto Alegre e dá outras providências. (SEI 034.00053/2021-30)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Cláudia Araújo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 26-04-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 078/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É importante nós observarmos que os projetos que, de fato, contribuem para a cidade, para a cidadania, a gente tem debatido, hoje particularmente, Ver. José Freitas, Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores, em outros dias também, mas hoje com mais intensidade. Aqui nós temos um exemplo muito bom. Nós vivemos um momento muito duro em todo Brasil; particularmente em Porto Alegre, há uma inoperância do Executivo municipal, apesar de autorizado por nós em garantir vacinas para as pessoas, e são mais de 100 mil pessoas esperando a segunda dose em Porto Alegre – aliás, eu sou uma delas, da CoronaVac –, mas nós não temos a segunda dose, não existe. O Ver. José Freitas se propõe a disciplinar que, pelo menos, não haja furo na fila, o que é um grande avanço, eu acho importante. Numa situação dramática como esta, onde as vacinas estão valendo vidas, e não há em Porto Alegre, não há, não existem, passou o prazo da segunda dose, as pessoas não estão tomando a segunda dose. O que pode acontecer a partir daí, segundo os infectologistas e pneumologistas, é que, com a primeira dose como a imunização é baixa, as vacinas podem ficar desmoralizadas, porque há pessoas que vão se infectar, não todos é claro, e há pessoas que vão passar mal e vão a óbito inclusive tomando só uma dose, menos que nenhuma. Bom, foi vacinado e igual passou mal ou até a falecer – desmoraliza a vacina. Isso até parece que faz parte de um plano, eu não estou dizendo que seja, mas houve tanta luta do governo federal contra as vacinas e agora este episódio dramático que temos aí pela incompetência do governo federal e a sua má vontade, uma inoperância do governo municipal, mas o resultado final é que a população está sem vacina. Esse é o resultado, e o Ver. José Freitas coloca como se fosse um cantinho de água no deserto; uma vacina dessas é disputada quase a tiro, para usar uma linguagem figurada, e o Ver. José Freitas proíbe e multa quem desrespeitar a fila, ou facilitar esse desrespeito, ou de alguma maneira contribuir nesse sentido, e tem toda razão o vereador, tem que disciplinar. Essa ideia de abrir tudo, Estado não se mete, poderia até fechar a Câmara, fechar o Executivo e deixar que os empresários tomassem conta de tudo. Não é assim, nós temos o nosso papel e o Ver. José Freitas o está desempenhando muito bem, quando coloca esse projeto, um projeto adequado, porque esse problema vai surgir – ele pode até ter surgido sem denúncia, a gente ainda não sabe –, porque a situação é dramática. As pessoas venceram o prazo da segunda dose e não há vacina, eu sou um exemplo; muitas pessoas me telefonam porque sabem que eu tenho 65 anos, sabem que, por certo, que conheço o tema, sou vereador, fui por muitos e muitos mandatos em Porto Alegre, fui deputado, então conheço o tema.

O Ver. José Freitas, e aqui concluo, nos traz algo que, na minha opinião, é um modelo de projeto, ele faz crescer. Com todo respeito a outros projetos, o que a gente tem visto é que, se destruir a cidade, o Executivo não vai reconstruir, e não vai

mandar projeto para cá nesse sentido e ninguém vai cobrar dele, a não ser a oposição. Nós vamos aprovar o seu projeto, Ver. José Freitas, é muito bom.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 078/21.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras e público que nos assiste. É um projeto bem simples e vem mais numa direção pedagógica, porque não estabelece valor alto: no projeto, fica estabelecida uma multa no valor equivalente a 500 Unidades Financeiras Municipais – UFMs – a quem infringir ou afrontar, por qualquer meio, a ordem prioritária estabelecida pelo Plano Municipal de Vacinação contra a Covid-19 de Porto Alegre e dá outras providências. O art. 1º, § 1º diz: “Para os fins desta Lei, entende-se como infração ou afronta da ordem prioritária estabelecida para a vacinação a conduta caracterizada por aquele que promover, por qualquer meio, a antecipação da ordem prioritária estabelecida para aplicação da vacina em benefício próprio ou de terceiros; § 2º – O agente público que, no exercício da atividade, simular a aplicação ou deixar de aplicar a vacina ficará sujeito a mesma penalização que se trata o artigo e será afastado das atividades e responderá ao processo administrativo que poderá resultar na rescisão do seu contrato ou na sua exoneração, nos termos da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, e alterações posteriores.”

Em Natal, uns dos municípios em que já existe a lei, quem tentar furar a fila da vacinação contra Covid-19 terá que pagar multa. O prefeito Álvaro Dias sancionou a Lei nº 7.140, que determina punição pecuniária para quem praticar o ato contra a saúde pública; a sanção não se aplica apenas aos indivíduos que praticam o fura-fila, está prevista a punição aos profissionais da rede pública municipal que administram a dose imunizante ou criam meios para que isso ocorra.

Em São Paulo a multa é mais pesada. Infelizmente a gente está vendo muitos profissionais da saúde simulando a aplicação da vacina, isso que nos incentivou, como ocorre em outros Estados, como exemplo. A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, no dia 10 de abril, projeto de lei que penaliza quem furar a fila de vacina contra a Covid-19 no valor de até R\$ 100 mil, o PL nº 037/21 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo no dia 11 de abril aguardando sanção do governador. O projeto é de autoria do Deputado Heni, do partido NOVO, e do Deputado Gilmaci, do meu partido, Republicanos, que visa responsabilizar não apenas o fura-filas da vacinação, mas também quem aplicar a dose da vacina e os superiores encarregados da vacinação, caso comprovada a situação.

Em Cuiabá, o prefeito Emanuel também já fez essa lei. No Senado estão tramitando quatro projetos nesse sentido.

Então, eu acho que cabe ao Município de Porto Alegre aprovar esta lei, porque infelizmente, repito, muita gente está simulando aplicação de vacina. Era isso, colegas vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 078/21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Eu considero que a proposta do Ver. José Freitas tem, como ele mesmo disse, um valor pedagógico importante. Além das razões explicitadas no projeto, eu creio que o mérito deste projeto de lei é justamente colocar a Câmara de Vereadores na pauta correta, no foco no qual deveríamos estar concentrados. Infelizmente não é o caso – a Câmara de Vereadores tem trabalhado muito pouco em relação à questão da vacina, e cobrado muito pouco do Executivo. O líder da oposição, Ver. Pedro Ruas, lembrou que nós votamos a necessidade e disponibilizamos, de modo muito rápido, para o Executivo municipal, a autorização para que haja compra da vacina, e a Prefeitura não fez nada! Não só não fez nada, como não explica, não vem a público, não pressiona o governo federal. A Prefeitura fala sobre qualquer outro assunto, e muitos vereadores da base do governo fazem qualquer tipo de projeto, levam a pauta da Câmara Municipal para qualquer tipo de tema – temas, como o que discutimos antes, revogações de lei que supostamente estariam atrasadas ou desatualizadas, quando, na verdade, o nosso ponto, o ponto de concentração dos nossos esforços deveria ser resolver o problema das vacinas em Porto Alegre, que é uma das capitais que já não têm vacina, onde o processo de vacinação está paralisado, onde pessoas que deveriam ter tomado a segunda dose não estão tomando, onde o processo está paralisado porque não tem vacina nacional. E a Prefeitura não dá nenhuma explicação pública, não faz nenhuma pressão, diante do governo. É claro, o prefeito Melo infelizmente fez uma opção, uma opção lá atrás, de adesão, de sustentação do governo Bolsonaro, recusando-se a fazer uma luta política para que Porto Alegre seja uma das cidades que colabore para pressionar o governo para que não continue com sua postura genocida, ou que pelo menos tenha medo de fazer isso, porque nós sabemos que está tendo reação, que está tendo consequência a política genocida do governo, basta levarmos em conta que está havendo uma CPI no Congresso Nacional para investigar isso; basta nós levarmos isso em conta, basta vermos como a população está reagindo, diante desse trauma – é um trauma o que estamos vivendo! No Brasil nós temos vivido um trauma sanitário que tem provocado um deslocamento de massas numa direção oposicionista ao governo federal, o que, evidentemente, terá consequências políticas. Eu aposto que terá, porque não é possível que nós sejamos governados por uma gestão que trabalha dessa forma, não dando valor nenhum para vida humana, e tudo fique por isso mesmo. Então, o mérito do Ver. José Freitas é trazer para a Câmara de Vereadores a pauta correta. Nós temos que debater o tema da vacina. Infelizmente, o governo municipal, repito, não tem dado satisfação! A Câmara votou,

mas não tem exigido do governo municipal explicações sobre o que tem feito de modo prático. O governo municipal só tem discursado, dizendo que a economia tem que funcionar, que tem que voltar as aulas, de que ele é o governo dos que querem trabalhar.

Bem, nós também achamos que a economia tem que funcionar, que as pessoas têm que ter direito ao trabalho, mas nós sabemos não há economia que funcione quando chegamos a mais de 25 mil mortos no Estado. Então, o projeto do Ver. José Freitas joga, pelo menos, luz neste problema. Nós tivemos, há algum tempo, esse episódio de terem vacinado por fora do que era especificamente a regra, vários setores ligados à área da saúde, mas que não tinham o enfrentamento direto ao problema da Covid, isso já faz um tempo que ocorreu, mas o fura-fila, especificamente, evidentemente tem que ser punido. Na minha opinião tem que ser punido com prisão – é um escândalo que ocorra isso. Então, a multa é o mínimo, já que a gente não pode entrar aqui, na Câmara Municipal, na legislação penal. Mas que tem que ser punido, tem que ser; que tem que ter multa, tem que ter, e que a multa seja o mais pesada possível.

Concluindo, repito que o desafio que está posto para os vereadores é cumprir sua obrigação de defender a saúde do povo, e defender a saúde do povo significa exigir vacina. Se nós não podemos garantir que as vacinas sejam acessadas, nós temos que cobrar dos governantes para que eles tomem providências. Nós já votamos a favor disso, e não estamos cobrando, infelizmente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 078/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Márcio, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, acompanhando as nossas manifestações, eu concordo, e aproveito para parabenizar o Ver. José Freitas – quero parabenizar em parte, dizer da importância de punir aqueles fura-filas, só que o valor é muito baixo; aliás, este é um dos defeitos que temos neste País. Para mim – repito, vou votar favoravelmente porque é o que temos em Porto Alegre –, a multa mínima dever de R\$ 50 mil para quem fura a fila. Ou nós estamos acreditando que uma pessoa pobre, lá da periferia, vai furar a fila? Não! Furam a fila os espertalhões endinheirados! Isso nos cabe em Porto Alegre, a multa, mas ela é muito baixa, amigo José Freitas, ela é mínima, corresponde a muito pouco pelo tamanho da barbaridade que se institui com o fura-fila. Robaina, tu já falaste, mas vou repetir porque tinha escrito isso – para mim, cadeia! É crime contra a humanidade: fura-fila – cadeia; para aqueles que injetam vento para dentro do corpo de uma pessoa humana, num momento gravíssimo como o que estamos vivendo, em que a pessoa depende, acredita e precisa da vacina, as duas doses, sim, amigo Pedro, pena de morte! Esse País é muito benevolente com falcatruas. Tem crime maior? Primeiro, vendemos carne podre, depois vendemos leite com soda cáustica, depois vendemos remédios de farinha, e agora estamos aplicando vacinas de água ou vendo. Pena de morte para essa turma por

falcatrua! Precisa-se, sim, de duas leis federais, uma para pôr na cadeia essas pessoas que estão furando e se beneficiando de vacina antes, e pena de morte – seria uma emenda constitucional. Sou bastante radical com relação a isso, sou e sempre fui – venho dizendo isso há 30 anos. Alguns crimes merecem penas rigorosíssimas. E essa de injetar água ou vento, dizendo que estão vacinando, não dá para admitir punições muito brandas, como temos neste País. Votarei favoravelmente, amigo José Freitas, mesmo que a multa seja muito baixa. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 078/21.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores, vereadoras, de modo especial o Ver. José Freitas, proponente deste projeto de lei, mais conhecida como castigo que vamos dar a partir de então, a multa – não é, Freitas? – para quem pretende furar a fila. Dialogando com os meus colegas vereadores que me antecederam, de fato, isso é imoral, é algo que não respeita o que preconizou e preconiza, não só a área científica, mais precisamente a Organização Mundial da Saúde, que orienta, não só o Brasil, como todos os países do mundo, de que primeiro se estabeleça a ordem de prioridades. Com certeza, não é por acaso, que, em função de termos o Sistema Único de Saúde, essa vacina deve vir gratuitamente para todos, mas, como meus colegas falaram, alguns, por ter dinheiro, capital, acham que podem tudo, como já aconteceu com inúmeros fura-filas em vários lugares do Brasil afora, com inclusive declarações de ministros. Eu ouvi uma entrevista na semana passada, com a qual fiquei pasmado, em que um ministro diz que furou a fila. Então, isso é uma forma a mais de dizer, creio que o José Freitas tem também a intenção, ao cidadão que é preciso ter disciplina que significa obedecer ao que preconiza a Organização Mundial da Saúde.

O governo, neste sentido, possivelmente vai sancionar este projeto de lei; independente do avanço da vacina, que ainda é muito lento para nós, agora está faltando a vacina CoronaVac, muitas pessoas estão apavoradas em relação a isso, o que nos preocupa muito; são muitos porto-alegrenses que já estão aguardando a segunda dose, que ainda não tem disponível, posso dizer que muitos deles são conhecidos – a minha segunda dose, por exemplo, é agora dia 8, mas não está disponível ainda. Então, são muitos os gaúchos, são muitos os porto-alegrenses que estão apreensivos com relação a isso, e, infelizmente o governo federal deixa muito a desejar neste aspecto. Não é por acaso que está acontecendo uma CPI no Senado em relação ao descaso com o tratamento em relação, não só à agilidade da oferta da vacina, como também isso poderia... Estão sendo estendidos aos estados os recursos que receberam para o combate à Covid e não aplicado para tal. Então, esse é um tema muito delicado, é um gesto simples, mas de extrema importância, que dialoga, sim, com a testagem, com o rastreamento das pessoas – os governos têm que fazer a testagem. Não é por acaso que

já acontece, nos países desenvolvidos, atividades culturais, como aconteceu neste final de semana, com os cidadãos apresentando a testagem antes, e depois não sei de quantos dias, para poder ter esse rastreamento que a gente fala muito sobre as pessoas que podem ter contraído o coronavírus.

Então, neste sentido, acho que é muito importante nós defendermos a vacina para todos, pelo SUS, e que seja rápida. Assim, nós estaremos seguros, e a economia volta a funcionar. E nós que preconizamos primeiro a vida, estamos não só defendendo, como, de uma certa forma, dizendo que é mais que importante que aqueles que furam a fila sofram uma penalidade. Um forte abraço; parabéns, Ver. José Freitas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 078/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente. Eu queria dizer da importância deste projeto. É muito bom saber que há interesse, Ver. José Freitas, em ajudar neste momento tão difícil, o momento da pandemia, e, claro, combater aqueles que atacam as leis, atacam a ordem e querem furar a fila. É uma vergonha o que aconteceu lá em Minas Gerais: os empresários, podres de ricos – não é empresário pequeno, não é dono de mercadinho, de padaria –, milionários, furando a fila! Foram lá tomar soro, foram enganados, mas eram fura-filas. Tem que ter cadeia, cadeia para essa gente! Eu concordo com o Ferronato, é pouco, tem que ser uma punição mais pesada.

E queria também dizer aqui que o povo de Porto Alegre está desesperado atrás de vacina, desesperado. O prefeito Melo foi autorizado por esta Casa, por unanimidade, a comprar vacinas, até agora não apareceu nenhuma minuta de contrato com Sputnik, Butantan, Johnson & Johnson, com ninguém... Não há, não há o desejo de imunizar Porto Alegre. No projeto, está ali imunizar 50% só da população – então temos aqui, na verdade, um projeto paliativo. Punir porque o governo não faz o seu dever, punir quem vai lá tentar furar a fila, porque não pode mesmo, não pode furar e não tem que furar; tem que ser punido, mais do que isso, deveriam ser punidos os governantes como o Bolsonaro, que não compra vacinas, que toda hora está falando uma bobagem, toda hora tergiversando, enganando o povo brasileiro. A farsa que foi a eleição de 2018! Estamos aí com mais de 400 mil mortos, e os vereadores de Porto Alegre têm agora que buscar um mecanismo para punir a população que está desesperada e que realmente não pode furar, não pode, é um absurdo! Agora também é um absurdo os governantes bem engomadinhos nas suas roupas passadas, fatiotas, como se dizia no tempo antigo, tomando o seu cafezinho, olhando o seu celular, e o povo do lado de fora da janela tentando trabalhar, tentando sobreviver, na luta inglória contra esse vírus demoníaco chamada coronavírus, e os vereadores, aqui na Câmara, tendo que fazer um projeto e votar para punir quem fura a fila. Assim vamos continuar daqui a um ano, dois, porque os governantes de direita não querem vacinar o povo. E sabem por que não querem vacinar? Porque não podem vacinar. Não podem vacinar porque eles

vivem de crise: em cima da crise ganham votos, em cima da crise fazem programas sociais, a crise mantém eles no poder. É isto o que mantém o Bolsonaro no poder: a crise política, econômica. Eu lamento profundamente ter que estar discutindo esse tipo de PL aqui, mas vou votar a favor, porque, infelizmente, este é o momento, não posso me furtar como parlamentar de Porto Alegre, mas gostaria de estar ouvindo na rádio agora o Sr. Sebastião oferecendo auxílio emergencial municipal ou destinando as xepas, as sobras das vacinas para a educação. Hoje, o Sr. Sebastião foi para uma mediação e não mediou nada, não dialogou. Cadê o homem do diálogo? Cadê o homem da democracia? Cadê os governantes para ajudar o povo? E os vereadores estão aqui nesta tarde, já começa a anoitecer, tendo que votar a punição do povo, punir o povo porque nem Bolsonaro nem Melo nem Leite querem garantir a expansão da vacinação. Vamos ter que, sim, criar mecanismos para punir o povo, para punir esse povo sofrido. Infelizmente, é isso que nos resta, colegas vereadores, e é triste dizer isso, mas espero que o povo se levante num período próximo, quando essa Covid passar, para dar respostas a quem for governante e não dá resposta ao povo, que é combater o desemprego. Só se combate o desemprego vacinando em massa.

Parabéns, José Freitas, por ter essa iniciativa, conte com o voto do Jonas Reis, do PT, porque o PT está do lado do trabalhador, o PT combate ao desemprego. Agora, a direita quer o caos, porque, em cima do caos e da miséria, ela se perpetua apodrecida no poder. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bisbo está com a palavra para discutir o PLL nº 078/21.

VEREADORA REGINETE BISBO (PT): Boa tarde. Eu me inscrevi, primeiro, para cumprimentar o Ver. José Freitas pela iniciativa, acho que o papel desta Casa é esse, fundamentalmente, de estar atenta ao que acontece na nossa cidade, de fazer a fiscalização necessária, e nós sabemos que, infelizmente, mesmo na nossa cidade, houve muito fura-fila ou ainda interpretação divergente da lei que determinava prioridades. Quero dizer também, vereador, que nós precisamos trabalhar para garantir a universalização da vacina, que todos tenham acesso indistintamente, porque já está uma guerra de quem pode e de quem não pode. A gente vê diferentes categorias profissionais, diferentes grupos populacionais reivindicando a vacina, a gente tem visto os rodoviários pedindo vacinação, a gente tem visto o pessoal trabalhadores do SUS pedindo vacinação, os caixas, empacotadores de supermercado, o pessoal da limpeza urbana, serviços gerais que não chega até eles, e não estão nas listas de prioridades e, recentemente, os professores, todos estão na linha de frente, atendendo a população. Mas para que todos possam ter acesso à vacina, é importante que se tenha algumas políticas públicas, que haja também uma articulação em nível nacional e internacional. Quero dizer que, na sexta-feira, o Senado aprovou, por 55 votos a 19, a quebra de patentes da vacina, que é fundamental, porque hoje a gente tem visto na própria Índia,

que é uma grande produtora de vacinas, o povo morrendo. Por quê? Porque os empresários não passam para o povo. O custo de uma vacina que estava dois dólares passou para 10 dólares, e hoje custa 20 dólares mesmo nos países produtores. Então a quebra de patente é fundamental, é necessária para que a vacina chegue não só para a população de Porto Alegre, mas para toda a população do Brasil e do planeta, porque são os países pobres, os países subdesenvolvidos que estão padecendo, estão morrendo por conta dessa pandemia e por falta de acesso à vacina.

Então, parabenizo o vereador pela iniciativa que vai ao encontro dos anseios da população da necessidade de garantir que a vacina chegue a todos e todas com equidade, que todos tenham direito igual de acessar esse produto que é tão importante, que garante vida, é único, infelizmente, é a única possibilidade que temos hoje de salvar vidas e cessar essa mortandade que está colocada no nosso País, na nossa cidade. Aí, sim, tenho acordo com os que defendem a liberdade econômica; aí, sim, a economia volta a crescer, os trabalhadores e as trabalhadoras assumindo os seus postos de trabalho, mas para assumir os seus postos de trabalho, têm que estar devidamente protegidos, e protegidos significa vacinados. No ano passado, não tínhamos alternativa da vacina, este ano temos. Infelizmente, o nosso governante, o nosso Presidente brincou, debochou de uma pandemia, de um negócio tão grave e não garantiu imunização, não garantiu a vacina para o nosso povo. Então, a vacina chega a contagotas, e nós precisamos romper com isso. Romper com isso é fazer a fiscalização aqui na nossa cidade, no nosso Estado e no nosso País. Parabéns, vou votar favorável a este projeto, porque ele vai ao encontro dos anseios da população de Porto Alegre e cumpre com o nosso papel que temos de vereadores e vereadoras, que é de fiscalizar.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 078/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, eu vejo um projeto de extrema importância, pelo jeito sendo aprovado por todo mundo, mas vejo junto a este projeto um papo doido, uma conversa de louco, quando os vereadores defendem a aprovação deste projeto e também dizem que o prefeito não quer vacinar as pessoas. Qual é a cidade no Brasil em que toda a sua população está vacinada? Qual é a cidade no Brasil onde todas as pessoas, professores, rodoviários, trabalhadores de supermercado, trabalhadores de farmácia estão vacinados, ou no mundo? Quero perguntar isso. Discutir a questão de quebra de patentes, discutir a questão da produtividade é outra coisa, agora ficar botando rótulo, querendo grudar coisas no gestor público... Não vamos longe, temos cidades aqui do lado, em São Leopoldo, que é administrada pelo PT. Todo mundo está vacinado? Não. É uma dificuldade igual para todo mundo, gente. Estamos falando no projeto, Ver. Jonas, que pune o povo, pune a população, assim como nós punimos os estupradores, assim como nós punimos os assaltantes, assim como nós punimos... (Problemas na conexão.)

...assim como nós punimos os corruptos e ladrões, se pune o povo. O povo é a pessoa que vai ultrapassar o lugar de alguém, é a pessoa que quer furar a fila, seja ele quem for, e é o povo. Nós vamos votar um projeto que pune o povo. Desde de que o mundo é mundo, o povo que não cumpre as regras, não cumpre a ordem é punido. Então, nada mais justo nós aprovarmos este projeto do Ver. José Freitas. Agora, nós continuarmos nesse papo de doido, de louco aqui, tudo que a gente vai defender, vai aprovar, nós juntos trouxemos a crítica... e a crítica destrutiva, nunca uma crítica positiva. Então, vocês que estão nos acompanhando de casa estão vendo quem realmente quer melhorar a vida das pessoas ou quem só está fazendo politicagem com um tema tão importante como esse da vacina. Eu, desde o início, critiquei e continuo criticando, acho que o critério de vacina está errado, tinha que ser para as pessoas produtivas, tinha que ser para quem trabalha em supermercado, farmácia, rodoviários, pessoal da segurança pública, da saúde, pessoal do transporte. Um critério foi adotado, então o critério está aí – não adianta nós, agora, reclamarmos do critério. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 078/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente. Eu não queria falar, mas vendo tanta besteira, ver o Jonas falar é um deboche. Na semana passada, passei na Rua da Praia, ele estava lá com uns gatos pingados, uns seis ou sete, gritando na frente da Secretaria de Educação. Jonas, vocês não defendem o pobre, mas a pobreza, vocês defendem a tragédia, vocês estão com muita vontade que tenha cada vez mais vítimas da Covid no Brasil. Jonas, quanto tempo tu estás mamando no sindicato? Quanto tempo, Jonas? Para de fazer esse proselitismo, tu te elegeste na política do sindicato, onde ficou anos agitando e invadindo a Câmara, fazendo algazarra. Tem que se comportar, tu não aprendeste o que é o Legislativo? Educação! Moral! Transparência! Esse papo-furado aí que o povo... Ora, vocês não defendem o povo, vocês defendem a pobreza, quanto mais pobre, melhor para vocês. Esse projeto do vereador é muito bom, é bom porque, simbolicamente, nós vamos mostrar o que nós queremos, será aprovado por unanimidade. Agora, não podemos pegar este projeto, até porque o Ministério Público está atrás, já tiveram muitos fura-filas pelo Brasil afora. A CPI vai pegar também prefeitos, governadores, de todos os partidos, Jonas. Não adianta fazeres proselitismo, tu és raivoso; política não se faz com raiva, se faz com a razão. Então, não adianta ficar, pela cidade inteira, gritando, gatos pingados contigo lá. Aí depois foram para frente da Prefeitura, o que parece é que vocês não querem é trabalhar! Tem que trabalhar, Jonas! Faze menos política e trabalha mais, tu não vais enganar ninguém, tu estás, há anos, mamando nas tetas do sindicato, tu te elegeste por causa do sindicato, todos trabalharam para ti. Portanto, meu vereador, vamos votar, sim, este projeto com muito merecimento, porque a Câmara tem que tomar essa decisão, nós

temos que fazer coisas boas, agora, sem proselitismo, fanatismo, ideologia barata. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra discutir o PLL nº 078/21.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, meu Presidente; nobres vereadores e vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara, sou favorável, sim, com certeza, ao projeto do meu colega, Ver. Freitas, porque realmente a gente tem visto muitas pessoas furando a fila e também dando vacina de vento nas pessoas, quer dizer que estão desrespeitando a vida, não estão dando valor às pessoas. Também colocamos uma emenda para que a Prefeitura disponibilize uma opção no portal 156 para que as pessoas possam fazer ali as suas denúncias, que elas possam ter um canal para reclamar, falar o que está acontecendo e denunciar o local onde está acontecendo o fura-fila e as vacinas de vento. E quero pedir também a aprovação dos nobres colegas a este projeto e à nossa emenda. Agradeço pelo carinho de todos, uma boa-noite.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Alvoní Medina e José Freitas, ao PLL nº 078/21.

Vereador Alvoní Medina (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 078/21 à apreciação das Comissões, para parecer.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 078/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 078/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 078/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0313/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 019/19, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que revoga o art. 15-A da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina dos tributos de competência do Município. (SEI 087.00188/2019-38)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver^a Cláudia Araújo (líder da Bancada do PSD);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- adiada a discussão por uma Sessão em 19-04-21;
- incluído na Ordem do Dia em 19-04-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCL nº 019/19. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Presidente. Na verdade, eu tenho uma emenda a este projeto, assim como o Ver. Moisés, eu conversei com os responsáveis pelo governo também sobre esta emenda, que altera o art. 15-A (Lê.): “A aprovação de unificação ou parcelamento de terras e a liberação da Carta de Habitação para as edificações referentes a condomínios e edifícios ficam condicionadas à quitação total ou ao parcelamento de débitos relativos ao imóvel.” Essa era uma preocupação que se tinha de ficarem dívidas para aqueles que estão fazendo a compra e que, muitas vezes, não sabem disso. Na verdade, o PL revoga o artigo simplesmente; a emenda, na verdade, é só para não dizer que estava tirando o PL, porque o PL já estava em tramitação. Então, a emenda do Ver. Moisés consegue contemplar de forma geral, a emenda deu garantia ao parcelamento do solo, que não era tratado no PL inicial. Na verdade, a emenda deveria ser o projeto, essa é a minha opinião, porque a emenda acrescenta o parcelamento do solo, e este é normalmente feito por um termo ambiental para que possa ser realizado, enfim. A nossa emenda mantinha a quitação, mas dava a opção de parcelamento do débito. Então, como foi conversado com o governo, como foi acordada a emenda do Ver. Moisés, que contempla, no geral, todos os interessados, eu quero retirar a Emenda nº 01, de minha autoria, ao PLCL 019/19, e que fique somente a emenda que foi acordada com o Município. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCL n 019/19.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/19.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, vereadoras, vereadores, notoriamente o Ver. Moisés Barboza tem boas intenções no projeto, tem até um projeto importantíssimo em relação ao cais do porto. Agora, este projeto aqui, vereador, este projeto de lei complementar – e obviamente que, de forma respeitosa, eu coloco – tem um problema novamente de recurso para o Município. Vamos ver: o que o projeto faz – o projeto de lei complementar? Ele revoga o art. 15-A da Lei Complementar nº 07. Bem, esse artigo é exatamente o que estabelece que, nessas construções, nos grandes condomínios, onde não há nenhum caráter social, onde é apenas especulativo e imobiliário o caráter, não haja necessidade de pagamento das dívidas com o Município para fazer a divisão do condomínio, o parcelamento. Ora, não é possível, tem que quitar a dívida com o Município antes. São dívidas de ISSQN, são dívidas de IPTU, são dívidas de multa, mas, se depender dessa linha, e digo com muito respeito, porque isso aqui é um debate sério, mas se depender dessa linha de raciocínio exposta aqui no projeto – está dizendo aqui o Ver. Moisés que eu não li a emenda, então ela será lida por V. Exa. logo a seguir, e até me tranquiliza se houver algo que infirme o que eu estou colocando aqui, porque a simples leitura do PLCL nos induz à ideia de que nós teríamos uma desoneração, uma isenção de valores devidos, de tributos devidos ao erário municipal. Isso não é possível. Por quê? Porque qualquer um aí vai construir em qualquer área, vai vender, vai parcelar e vai dividir, parcelar em unidades de condomínio; vai vender, vai ganhar dinheiro e não vai pagar o Município, e vai ficar por isso mesmo. Essa lei não pode ser mexida. Eu tenho receio que todas as leis que garantam recursos para Porto Alegre sejam um dia revogadas. Agora, V. Exa. diz que eu me enganei na análise do projeto ou da emenda, espero que sim – eu vi aqui no *chat*; por certo V. Exa. vai esclarecer agora, numa inscrição, para mim e para todos os demais, porque me passou uma sensação muito negativa, e eu sei que não combina com o que V. Exa. pensa. Eu queria ouvir exatamente como fica, porque no projeto de lei, especificamente, há a proposta de revogar a Lei Complementar nº 07, no seu art. 15-A, o que é inadmissível. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h45min.)

* * * * *